

AÇÃO PENAL 2.330 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REVISOR : MIN. NUNES MARQUES
AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
RÉU(É)(S) : MARCELO FERNANDES LIMA
ADV.(A/S) : DAVID SOARES MENDES
ADV.(A/S) : SILVIO NADUR MOTTA

VOTO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (RELATOR): Trata-se de denúncia oferecida em face de **MARCELO FERNANDES LIMA**, brasileiro, nascido em 9/8/1972, natural de São Lourenço/MG, filho de Roberto Miranda e Marli Fernandes Lima, CPF nº 857.752.406-00, empresário, residente na Alameda Mâncio de Melo, nº 45, bairro Jardim Paraíso, São Lourenço/MG, pela prática das condutas descritas nos arts. 288, parágrafo único (associação criminosa armada), 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito), 359-M (golpe de Estado), 163, parágrafo único, I, II, III e IV (dano qualificado pela violência e grave ameaça, com emprego de substância inflamável, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima), todos do Código Penal, e art. 62, I, da Lei 9.605/1998 (deterioração de patrimônio tombado), observadas as regras do art. 29, *caput* (concurso de pessoas) e art. 69, *caput* (concurso material), ambos do CÓDIGO PENAL.

De acordo com a peça acusatória, os fatos criminosos imputados foram os seguintes (eDoc. 5, fl. 64):

“Em data incerta, mas iniciada ao menos a partir do dia 30 de outubro de 2022, milhares de pessoas, entre elas o **denunciado**, de forma armada, associaram-se, notadamente a partir de convocações e agregações por meio de redes sociais e aplicativos de mensagens, com o objetivo de praticar crimes contra o Estado Democrático de Direito.

Executando o plano outrora engendrado, na data de **8 de**

AP 2330 / DF

janeiro de 2023, no período da tarde, na Praça dos Três Poderes, mais especificamente nos prédios do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, em Brasília/DF, uma turba violenta e antidemocrática, composta por milhares de pessoas, entre elas **o denunciado**, estando todos os agentes unidos pelo vínculo subjetivo, imbuídos de iguais propósitos e contribuindo uns com os outros para a obra criminosa coletiva comum, tentou, com emprego de violência e grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos Poderes Constitucionais.

Nas mesmas condições de tempo e lugar, o grupo criminoso, sempre com os mesmos propósitos e tendo **o denunciado** como um de seus integrantes, tentou depor, por meio de violência e grave ameaça, o governo legitimamente constituído.

Outrossim, no interior do prédio sede do **Supremo Tribunal Federal** e insuflando a massa a avançar contra as sedes do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, **o denunciado** destruiu e concorreu para a destruição, inutilização e deterioração de patrimônio da União, fazendo-o com violência à pessoa e grave ameaça, emprego de substância inflamável e gerando prejuízo considerável para a vítima.

Ademais, no mesmo dia 8 de janeiro de 2023, **o denunciado** deteriorou e concorreu para a deterioração de bens especialmente protegidos por ato administrativo.

(...)

Traçado esse panorama, a agregação de pessoas e o insuflamento à abolição violenta do Estado Democrático de Direito e ao golpe de Estado culminaram com a prática dos crimes multitudinários do dia 8 de janeiro de 2023, na perspectiva dos quais é perfeitamente identificável a existência de diferentes núcleos de concorrentes que devem ser responsabilizados, conforme a modalidade de participação na empreitada criminosa, quais sejam: 1) núcleo dos instigadores e

autores intelectuais dos atos antidemocráticos; 2) núcleo dos, financiadores dos atos antidemocráticos; 3) núcleo das autoridades de Estado responsáveis por omissão imprópria, e; 4) núcleo de executores materiais dos delitos, no qual está inserido **o denunciado**.

Unindo-se à massa, **o denunciado** aderiu aos seus dolosos objetivos de auxiliar, provocar e insuflar o tumulto, com intento de tomada do poder e destruição do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal.

Chegando à Praça dos Três Poderes, local onde ameaçaram e agrediram fisicamente policiais e jornalistas, os integrantes da horda dividiram-se em grupos, que se direcionaram separadamente, porém com o mesmo propósito, aos edifícios-sedes do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e da Presidência da República.

O denunciado seguiu com o grupo que ingressou na sede do **Supremo Tribunal Federal**, local fechado para o público externo no momento dos fatos, empregando violência e com o objetivo declarado de implantar um governo militar, impedir o exercício dos Poderes Constitucionais e depor o governo legitimamente constituído e que havia tomado posse em 1º de janeiro de 2023.

A adesão do **denunciado** ao grupo criminoso se deu com *animus* de estabilidade e permanência, pois o ataque às sedes dos Três Poderes tinha por objetivo final a instalação de um regime de governo alternativo, produto da abolição do Estado Democrático de Direito.

Nesse sentido, a ação delituosa engendrada pelos agentes, portanto, não se esgotaria nos danos físicos causados às instalações do Supremo Tribunal Federal, do Congresso Nacional e da Presidência da República. Pretendiam os autores, notadamente **o ora denunciado**, impedir de forma contínua o exercício dos Poderes Constitucionais, o que demandaria a prática reiterada de delitos até que se pudesse consolidar o regime de exceção pretendido pela massa antidemocrática.

A estabilidade da associação delituosa é comprovada pelo conteúdo dos materiais difundidos para arregimentar o grupo criminoso, os quais faziam referência expressa aos desígnios de “tomada de poder”, em uma investida que “não teria dia para acabar”:

(...)

No âmbito da associação criminosa composta **pelo denunciado**, o núcleo responsável pela execução dos atentados materiais contra as sedes dos Três Poderes funcionou com evidente divisão de tarefas.

(...)

Junto aos demais agentes que se encontravam no Supremo Tribunal Federal, o ora **denunciado** passou a quebrar vidros do prédio, incluindo espaços do Plenário, do Salão Branco, do Salão Nobre, a depredar cadeiras, painéis, mesas, obras de arte e móveis históricos da Suprema Corte, empregando substância inflamável, dando causa a prejuízo ainda não estimado à União

(...)

No interior da sede do Poder Judiciário, **MARCELO FERNANDES LIMA** alcançou o Plenário do STF, participando ativamente e concorrendo com os demais agentes para a destruição dos móveis que ali se encontravam.

Assim agindo, **MARCELO FERNANDES LIMA** tentou, com emprego de violência e grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos Poderes Constitucionais, bem como depor o governo legitimamente constituído, buscando a tomada do poder por militares e a implantação de uma ditadura, porque contrário ao resultado do pleito eleitoral de 2022 e por não confiar na apuração dos votos.

Como acima narrado, o delito de dano foi igualmente cometido com emprego de violência à pessoa e grave ameaça, direcionando-se a ação contra o patrimônio da União, compreendidos os móveis e instalações funcionais do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal

AP 2330 / DF

Federal e com considerável prejuízo para a vítima, haja vista os milhões de reais em prejuízo e os valores inestimáveis de bens históricos que foram destruídos.

Ainda no interior do prédio, **MARCELO FERNANDES LIMA**, com rompimento do vidro de proteção, subtraiu para si uma réplica da Constituição da República Federativa do Brasil, elaborada pelos constituintes de 1988. Logo após retirar o documento do interior da Suprema Corte, o **denunciado** ostentou a carta como um prêmio para os outros manifestantes.

Após a consumação do delito e depois de ter sido identificado nas redes sociais e na imprensa, em 11 de janeiro de 2023, o denunciado compareceu à Delegacia da Polícia Federal em Varginha/MG e entregou o exemplar furtado.

(...)

Assim agindo, **MARCELO FERNANDES LIMA** subtraiu bem público de alta valia, exemplar da Carta Magna elaborada pelos constituintes de 1988, mediante rompimento de obstáculo, participando ativamente e concorrendo com os demais agentes para a invasão violenta ao prédio do Supremo Tribunal Federal.

Quanto aos prédios que abrigam as sedes dos três Poderes e que foram deteriorados, ficando parcialmente destruídos pela ação de **MARCELO FERNANDES LIMA** e de seus coautores, tem-se que são imóveis especialmente protegidos por ato administrativo, porque tombados como peças urbanísticas dentro da escala monumental do projeto do Plano Piloto, conforme Portaria nº 314/1992, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, bem assim suas respectivas estruturas arquitetônicas, conforme processo: 1550-T-2007 - Iphan”.

MARCELO FERNANDES LIMA foi notificado no Presídio de Varginha, Av. Eugênio Paiva Ferreira, nº 255, no dia 21/3/2023 (eDocs. 38 e 39), para apresentar resposta à denúncia no prazo legal, oportunidade na qual argumentou que (a) “acusar o Denunciado de se ‘associar a milhares

AP 2330 / DF

de pessoas para praticar crimes armados' é uma verdadeira falácia, ilação e inverdade. O Ministério Público Federal sequer apresentou uma única prova de que o denunciado possui ou estava portando qualquer tipo de arma nos eventos apontados, bem como prova de que o mesmo 'conhecia essas milhares de pessoas ou era integrante' de qualquer grupo armado.'"; (b) "o Denunciado não é criminoso e jamais usou de violência ou grave ameaça para: tentar impedir ou abolir o Estado Democrático de Direito, impedir ou restringir o exercício dos poderes Constitucionais ou governo legitimamente constituído, não destruiu ou concorreu para destruição, inutilização e deterioração de patrimônio da União, conforme denunciado pelo Ministério Público Federal"; (c) "o Denunciado é livre para participar de quaisquer movimentos ou manifestações políticas, exercendo seus direitos constitucionais, desde que o faça sem violência ou grave ameaça a quem quer que seja. É legítimo solicitar que as Forças Armadas analisem todo o código fonte usado nas apurações do pleito de 2022 para esclarecer as dúvidas de vulnerabilidade na apuração, especialmente para o cargo de presidente da República" (eDoc. 16).

A denúncia foi recebida pelo Plenário desta SUPREMA CORTE em acórdão publicado em 25/8/2023 (eDoc. 59). Em 5/9/2023, a ação penal foi a mim distribuída e na mesma data, determinei a citação do réu (eDoc. 68).

O réu foi citado em 6/10/2023 (eDoc. 73) e apresentou defesa prévia em 15/9/2023, oportunidade em que arrolou 7 (sete) testemunhas: Emersson Belarmino da Silva Nunes, Coronel Fábio Augusto Vieira, Coronel Marcelo Nogueira de Souza, General Júlio César de Arruda, General Júlio César de Arruda, Delegado de Polícia Federal Carlos Henrique Pinheiro de Melo e o senador da República, Marcos Ribeiro Do Val (eDoc. 71).

Em despacho de 16/10/2023 (eDoc. 87), determinei à Secretaria Judiciária que oficiasse aos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais Eleitorais da residência do réu, bem como ao TJDF e TRF1, para que enviassem as certidões de antecedentes criminais do acusado, observando que, na hipótese de ser positiva,

AP 2330 / DF

deveria vir acompanhada da certidão de objeto e pé, com efetivo detalhamento do trâmite do processo mencionado.

Em resposta foram encaminhadas as seguintes certidões: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (eDoc. 96), Tribunal Regional Federal da 1ª Região (eDoc. 99), Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (eDoc. 100) - negativas e Tribunal de Justiça de Minas Gerais (eDocs. 103 e 108) - positiva.

Ausentes as hipóteses de absolvição sumária previstas no art. 397 do Código de Processo Penal, designei audiência de instrução que foi realizada pelo Juiz Auxiliar deste Gabinete, Leonardo Araújo de Miranda Fernandes, na data de 16/10/2023, oportunidade em que foram ouvidas as testemunhas arroladas na denúncia (eDocs. 74, 81-82):

CARLOS HENRIQUE PINHEIRO DE MELO (Delegado de Polícia Federal): *narrou que participou, na condição de autoridade policial, dos primeiros passos investigativos, representando junto ao Poder Judiciário para adoção de medidas cautelares em face do investigado MARCELO FERNANDES LIMA. Declarou que a atuação da Polícia Federal no âmbito dos fatos que envolveram o dia 8 de janeiro de 2023 foi bem segmentada. A unidade na qual trabalha participou, em um primeiro momento, realizando um levantamento de dados e condensando tudo em informação de polícia judiciária, para que fossem encaminhadas às demais autoridades policiais, com o intuito de fazer as análises e apresentar representações ao Poder Judiciário. Quanto a MARCELO FERNANDES LIMA, os elementos iniciais que apontavam para a participação dele nos atos do dia 8 de janeiro de 2023. foram consignados numa informação de polícia judiciária que chegou até o declarante para análise. Com base no exame das peças informativas, identificou elementos suficientes que apontavam para indícios de autoria e materialidade em face dos fatos apurados. Então, decidiu por representar ao Poder Judiciário, no caso, ao Supremo Tribunal Federal. No que diz respeito à identificação do denunciado, isso se deu muito em razão de uma característica peculiar de MARCELO FERNANDES LIMA, que é uma tatuagem no braço,*

AP 2330 / DF

assim como a partir de outras imagens que foram obtidas no curso da investigação, sendo realizada uma comparação. Na sequência, com a identificação do denunciado na sede da Delegacia da Polícia Federal, foi possível fazer um comparativo a partir dos sinais característicos. A testemunha narrou que, quando a busca e apreensão foi cumprida, MARCELO FERNANDES LIMA não foi localizado no endereço vinculado à medida, mas se apresentou alguns dias depois e, como a atuação na Polícia Federal, nesse caso, foi bem segmentada, não houve a oportunidade de, por exemplo, reinquiri-lo após o cumprimento do mandado de prisão preventiva. Prossegue a testemunha aduzindo que, num primeiro momento, a unidade policial do declarante participou fazendo a análise preliminar e verificando a possibilidade ou não de solicitação de medidas de caráter judicial. Cumpridas essas medidas, o procedimento passou a ser redistribuído para outra unidade, que trata dos inquéritos nos Tribunais Superiores para continuidade. A testemunha reforçou que se baseou especificamente nas imagens que constavam da própria Informação de Polícia Judiciária, não se recordando especificamente se chegou a assistir os vídeos mencionados naquele expediente. A testemunha contou ainda que atuara, na condição de autoridade policial, na lavratura do flagrante envolvendo as pessoas que estavam acampadas na proximidade do QG do Exército.

Designei audiência de continuação da instrução em 17/10/2023, oportunidade em que foi ouvida a testemunha arrolada pela Defesa, EMERSON BELARMINO DA SILVA NUNES, *que narrou ter ficado acampado no “Tiro de Guerra”, encontrou Marcelo no QGEx., que eram 8 pessoas, que tinha dificuldade de caminhar e ficou para traz. Foi até a Praça dos Três Poderes e não estava como Marcelo, e que depois retornou com ele”*.

Em seguida, procedeu-se ao interrogatório do réu. O termo de audiência, bem como a gravação do respectivo ato, foram disponibilizados nos autos pela Secretaria Judiciária (eDocs. 85-86).

Ao ser interrogado em Juízo, no exercício de sua autodefesa, **MARCELO FERNANDES LIMA** alegou, em síntese, que:

AP 2330 / DF

“veio para Brasília/DF de ônibus organizado por um grupo que se concentrava na frente do Tiro de Guerra de São Lourenço/MG, local que costumava frequentar; não sabe quem pagou o ônibus, mas que foi sem ônus; foi direto para o Quartel-General do Exército em Brasília/DF, onde tinha alimento de graça; foi incentivado pelas postagens do ex-Presidente e de seu partido pelo não reconhecimento da derrota nas urnas; quando se dirigiu à praça dos Três Poderes, junto com os demais manifestantes, passou por revista policial; ingressou no Supremo Tribunal Federal, mas afirma que não danificou nada no interior da repartição pública; alega que um manifestante que estava no interior do prédio público quebrou o vidro de proteção de uma réplica da Constituição da República Federativa do Brasil, elaborada pelos constituintes de 1988 e, na ocasião, o interrogando subtraiu para si a réplica da Constituição para que ela não fosse danificada, porém se arrepende de ostentar a Carta em frente à Suprema Corte para os outros manifestantes. Depois de 48h, crendo que não haveria mais situação de flagrante, compareceu à Delegacia da Polícia Federal em Varginha/MG e entregou o exemplar; quando ingressou no Supremo Tribunal Federal buscava obter o código fonte das urnas eletrônicas, naquela oportunidade acreditava que o Exército Brasileiro fosse intervir a favor dos manifestantes visto que por 2 (dois) meses as pessoas ficaram concentradas na frente dos Quartéis do Exército no Brasil inteiro sem qualquer interferência, então acreditou que, a partir do ato do 8 de janeiro de 2023, o Exército Brasileiro fosse fornecer o código fonte e rever as eleições presidenciais; não havia nenhuma barreira impedindo o ingresso de pessoas no edifício.”

Por meio do Ofício eletrônico nº 4276391/2023 e do Ofício nº 4389740/2023 – CINQ/CGRC/DICOR/PF, a Polícia Federal encaminhou o Laudo Pericial nº 466/2023, realizado em mídia *bluray* contendo os dados

AP 2330 / DF

do disco rígido da marca SAMSUNG, modelo HD322HJ, número de série S1RLJ50Z495181, com capacidade de armazenamento de 320 GB que estava montado em um *desktop* localizado na sala de visita da residência de **MARCELO FERNANDES LIMA** (eDocS. 97, 104 e 107).

Intimadas as partes em audiência para requerimento de diligências (art. 402 do Código de Processo Penal e art. 10 da Lei 8.038/90), não foram apresentados quaisquer pedidos pela Procuradoria-Geral da República ou pela Defesa.

Determinei a abertura de vista para a apresentação, sucessivamente, das alegações finais, nos termos do art. 11 da Lei 8.038/90 (eDoc. 109).

Em 16/11/2023, a Procuradoria-Geral da República apresentou os seguintes argumentos em alegações finais:

1) todas as preliminares aventadas na resposta à acusação e reiteradas na defesa prévia já foram devidamente afastadas por ocasião do recebimento da denúncia, notadamente,

2) a materialidade e a autoria delitivas restaram sobejamente comprovadas nos autos;

3) o propósito criminoso era plenamente difundido e conhecido, *ex ante*, pelos criminosos;

4) corroboram os argumentos o relatório preliminar sobre os atos antidemocráticos ocorridos no dia 08/01/2023 na Sede do Senado Federal (Ofício nº 028/2023-SPOL), elaborado pela Secretaria de Polícia do Senado Federal e Relatório de Inteligência n. 06/2023/30/SI/SSP/DF, do dia 6 de janeiro de 2023, relatório preliminar do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN, Ofício 010/2023 SINFRA (Consolidação dos bens furtados ou danificados decorrentes da invasão de 8 de janeiro de 2023 no Senado Federal), Exame preliminar em local de dano da Secretaria de Polícia Legislativa do Senado Federal, Of. n. 03/2023/DG estimativa inicial e parcial de prejuízos causados à Câmara dos Deputados, Ofício nº 023/GDG/2023, relatório enviado pela Presidência do Supremo Tribunal Federal, bem como pela prova produzida

AP 2330 / DF

durante a instrução processual, razão pela qual a ação deve ser julgada integralmente procedente, conforme passamos a demonstrar.

Requeru, ao fim, a PROCEDÊNCIA da ação penal pública “*para condenar o réu pela prática das infrações penais tipificadas no artigo 288, parágrafo único (associação criminosa armada), artigo 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito), artigo 359-M (golpe de Estado), artigo 163, parágrafo único, I, II, III e IV (dano qualificado pela violência e grave ameaça, com emprego de substância inflamável, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima), todos do Código Penal, e artigo 62, I, da Lei nº 9.605/1998 (deterioração de patrimônio tombado), observadas as regras do artigo 29, caput (concurso de pessoas) e artigo 69, caput (concurso material), ambos do Código Penal*” (eDoc. 111).

Por fim, em 4/12/2023, a Defesa de **MARCELO FERNANDES LIMA** apresentou alegações finais, aduzindo, preliminarmente: 1) a incompetência absoluta deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para processar e julgar o caso; 2) a falta de realização integral da audiência de custódia tornou a prisão do réu ilegal; 3) excesso da prisão preventiva; 4) cerceamento da defesa.

No mérito, alega que, “*a materialidade e autoria dos delitos não foram comprovadas nos autos, sobretudo pelos elementos subjetivos das informações obtidas na fase inquisitiva e pela prova produzida durante a instrução processual*”.

Formulou, ao final, os seguintes requerimentos (eDoc. 116):

“1- O reconhecimento de todas as preliminares arguidas, assim, rejeitar a denúncia oferecida, remetendo os autos ao juízo federal competente para julgamento do feito, em conformidade com as devidas fundamentações constitucionais, em consonância com o princípio do Juiz Natural, com a jurisprudência desta Corte em situações semelhantes, da Sumula 704, STF e pela nulidade expressada no art. 564, I, do CPP;

AP 2330 / DF

2- A ilegalidade da prisão preventiva, em face do excesso de prazo, para que o Requerente possa responder ao processo em liberdade, determinando-se a expedição do competente alvará de soltura, sem as medidas cautelares;

3- Que a audiência e julgamento seja realizada em plenário do STF e não seja efetuada de forma virtual, sob pena de cerceamento do direito de defesa. Isso ocorre porque, neste caso concreto, com a aplicação de novas leis e a defesa do acusado dependendo das perícias nas imagens já exaustivamente requeridas, a realização presencial da audiência contribuirá para o julgamento justo do réu.

4- Requer a absolvição do artigo 359-L com fulcro no artigo 386, inciso IV, mas caso Vossas Excelências não adotem esse entendimento, que o réu seja absolvido com base no artigo 386, inciso VII do código de processo penal;

5- Requer a absolvição do crime previsto no artigo 359-M com base no artigo 386, IV, mas caso Vossas Excelências não adotem esse entendimento, que o réu seja absolvido com base no artigo 386, inciso VII do código de processo penal;

6- Requer absolvição do crime previsto no artigo 288 Parágrafo único, com base no artigo 386, IV, mas caso Vossas Excelências não adotem esse entendimento, que o réu seja absolvido com base no artigo 386, inciso VII do código de processo penal;

7- Requer a absolvição dos crimes descritos nos artigos 163, I, II, III E IV do código penal e ART. 62, I, da lei 9.605/98 com base no artigo 386, IV, mas caso Vossas Excelências não adotem esse entendimento, que o réu seja absolvido com base no artigo 386, inciso VII do código de processo penal;

8- Requer a absolvição de todos os crimes que foram imputados ao denunciado com base no artigo 386, incisos IV e V, do código de processo penal e princípio do *in dubio pro reo*;

9- Requer que seja afastada a tipificação dos crimes multitudinários com base nas provas que demonstraram que não houve liame subjetivo;

AP 2330 / DF

10- Requer que seja afastado o concurso de pessoas para não configurar a responsabilidade criminal objetiva que é vedada pelo ordenamento jurídico;

11- Requer subsidiariamente, caso Vossas Excelências não acatem os pedidos da defesa, que seja reconhecida a atenuante do artigo 65 alíneas “b” e “e” do Código Penal;

12- Requer subsidiariamente, que seja reconhecida a causa de diminuição de pena artigo 29 do código penal;

13- Requer subsidiariamente, que em caso de uma suposta condenação seja reconhecido o regime mais brando que seria o regime aberto descrito no artigo 33 §2º alínea C do código penal, com o cumprimento no presídio de São Lourenço/MG.”

Em 15/12/2023, considerando o encerramento da fase instrutória, concedi a liberdade provisória ao réu, mediante imposição de medidas cautelares (eDoc. 120).

1. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

A competência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para o julgamento da presente ação penal já foi devidamente decidida pelo Plenário por ocasião do recebimento da denúncia (Sessão Virtual Extraordinária de 23/6/2023 a 26/6/2023), conforme se verifica no item 1 da EMENTA:

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. INQUÉRITOS DOS ATOS DO DIA 8/1/2023. DENÚNCIA APTA. OBSERVÂNCIA DOS ARTIGOS 41 E 395 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRESENÇA DE JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL. NARRATIVA CLARA E EXPRESSA QUE SE AMOLDA À DESCRIÇÃO TÍPICA DOS CRIMES MULTITUDINÁRIOS OU DE AUTORIA COLETIVA IMPUTADOS. EXISTÊNCIA DE PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. DENÚNCIA

RECEBIDA.

1. Competência deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para analisar o recebimento da denúncia e para processar e julgar posterior ação penal, em face de evidente conexão entre as condutas denunciadas e aquelas investigadas no âmbito mais abrangente dos procedimentos envolvendo investigados com prerrogativa de foro.

2. O Acordo de não persecução penal (ANPP) é um importante instrumento de política criminal dentro da nova realidade do sistema acusatório brasileiro, não constituindo direito subjetivo do acusado. Legalidade em seu não oferecimento pela Procuradoria-Geral da República, em razão do exercício legítimo de sua discricionariedade mitigada. Precedentes.

3. A Constituição Federal não permite a propagação de ideias contrárias à ordem constitucional e ao Estado Democrático (CF, artigos 5º, XLIV; e 34, III e IV), tampouco a realização de manifestações violentas visando ao rompimento do Estado de Direito, com a consequente instalação do arbítrio.

4. Denúncia apta oferecida pelo Ministério Público Federal com exposição clara e compreensível de todos os requisitos necessários exigidos.

5. Presentes os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal e a necessária justa causa para a ação penal (CPP, art. 395, III), analisada a partir dos seus três componentes: tipicidade, punibilidade e viabilidade, de maneira a garantir a presença de um suporte probatório mínimo a indicar a legitimidade da imputação, sendo traduzida na existência, no inquérito, de elementos sérios e idôneos que demonstrem a materialidade do crime e de indícios razoáveis de autoria.

6. Acusação coerente na exposição dos fatos criminosos, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do crime e o rol das testemunhas permitindo ao acusado a compreensão da imputação e, conseqüentemente, o pleno exercício do seu direito de defesa, como exigido por esta

AP 2330 / DF

SUPREMA CORTE. Precedentes.

7. DENÚNCIA INTEGRALMENTE RECEBIDA em face de MARCELO FERNANDES LIMA, pela prática das condutas descritas nos arts. 288, parágrafo único (associação criminosa armada), 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito), 359-M (golpe de Estado), 163, parágrafo único, I, II, III e IV (dano qualificado pela violência e grave ameaça, com emprego de substância inflamável, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima), todos do Código Penal , e art. 62, I, da Lei 9.605/1998 (deterioração de patrimônio tombado), observadas as regras do art. 29, caput (concurso de pessoas) e art. 69, caput (concurso material), ambos do Código Penal.

No âmbito do Inq 4.922, instaurado objetivando a apuração das condutas omissivas e comissivas dos denominados EXECUTORES MATERIAIS, foram oferecidas 232 (duzentas e trinta e duas) denúncias semelhantes à presente, tendo todas sido recebidas por essa CORTE SUPREMA, com o reconhecimento de sua competência, além do recebimento de outras 1113 (mil, cento e treze) denúncias oferecidas e recebidas pelo PLENÁRIO pelos crimes previstos nos artigos 286, parágrafo único, 288, caput, nos termos do artigo 69, todos do Código Penal.

Dessa maneira, a competência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para as ações penais referentes aos gravíssimos crimes praticados no dia 8 de janeiro foi analisada e reconhecida pelo Plenário da CORTE em 1.345 (mil, trezentos e quarenta e cinco) decisões.

Portanto, não prospera o argumento novamente trazido pela Defesa, via preliminar de mérito, de que esta CORTE SUPREMA seria incompetente para apurar, processar e julgar os fatos aqui narrados, pois a responsabilização legal de todos os autores e partícipes dos inúmeros crimes atentatórios ao Estado Democrático de Direito, que culminaram com as condutas golpistas do dia 8/1/2023, deve ser realizada com

AP 2330 / DF

absoluto respeito aos princípios do Devido Processo Legal e do Juiz Natural, inclusive sem qualquer distinção entre servidores públicos civis ou militares.

As garantias fundamentais aos princípios do Devido Processo Legal e do Juiz Natural, diferentemente do que ocorria nos textos constitucionais anteriores, foram incorporadas ao texto da Constituição brasileira de 1988.

A garantia do Devido Processo Legal configura dupla proteção ao indivíduo, atuando tanto no âmbito material de proteção ao direito de liberdade e propriedade quanto no âmbito formal, ao assegurar-lhe paridade total de condições com o Estado-persecutório e plenitude de defesa, visando salvaguardar a liberdade individual e impedir o arbítrio do Estado.

A imparcialidade do Judiciário e a segurança do povo contra o arbítrio estatal encontram no Devido Processo Legal e no princípio do Juiz Natural, proclamadas nos incisos LV, XXXVII e LIII do art. 5º da Constituição Federal, suas garantias indispensáveis.

Como consagrado pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

“O princípio da naturalidade do Juízo – que traduz significativa conquista do processo penal liberal, essencialmente fundado em bases democráticas – atua como fator de limitação dos poderes persecutórios do Estado e representa importante garantia de imparcialidade dos juízes e tribunais” (STF – 1ª T. – HC no 69.601/SP – Rel. Min. CELSO DE MELLO, Diário da Justiça, Seção I, 18 dez. 1992, p. 24.377).

O juiz natural é somente aquele integrado no Poder Judiciário, com todas as garantias institucionais e pessoais previstas na Constituição Federal, devendo a observância desse princípio ser interpretada em sua plenitude, de forma a não só proibir a criação de Tribunais ou juízos de exceção, como também exigir respeito absoluto às regras objetivas de

AP 2330 / DF

determinação de competência, para que não seja afetada a independência e a imparcialidade do órgão julgador.

Nesse mesmo sentido, decidiu o TRIBUNAL CONSTITUCIONAL FEDERAL ALEMÃO:

“O mandamento ‘ninguém será privado de seu juiz natural’, bem como ocorre com a garantia da independência dos órgãos judiciários, deve impedir intervenções de órgãos incompetentes na administração da Justiça e protege a confiança dos postulantes e da sociedade na imparcialidade e objetividade dos tribunais: a proibição dos tribunais de exceção, historicamente vinculada a isso, tem a função de atuar contra o desrespeito sutil a esse mandamento. Como esses dispositivos em sua essência concretizam o princípio do Estado de Direito no âmbito da constituição (organização) judiciária, elas já foram introduzidas na maioria das Constituições estaduais alemãs do século XIX, dando-lhes, assim, a dignidade de norma constitucional. O art. 105 da Constituição de Weimar deu prosseguimento a esse legado. À medida que os princípios do Estado de Direito e Separação de Poderes se foram aprimorando, também as prescrições relativas ao juiz natural foram sendo aperfeiçoadas. A lei de organização judiciária, os códigos de processo e os planos de distribuição das causas (definidos nas Geschäftsordnungen – regimentos internos) dos tribunais determinavam sua competência territorial e material, (o sistema de) a distribuição das causas, bem como a composição dos departamentos individualizados, câmaras e senados. Se originalmente a determinação ‘ninguém será privado de seu juiz natural’ era dirigida sobretudo para fora, principalmente contra qualquer tipo de ‘justiça de exceção’ (Kabinettsjustiz), hoje seu alcance de proteção estendeu-se também à garantia de que ninguém poderá ser privado do juiz legalmente previsto para sua causa por medidas tomadas dentro da organização judiciária” (Decisão – Urteil – do

AP 2330 / DF

Primeiro Senado de 20 de março de 1956 – 1 BvR 479/55 – Cinquenta anos de Jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal Alemão. Coletânea Original: Jürgen Schawabe. Organização e introdução. Leonardo Martins. Konrad Adenauer – Stiftung – Programa Estado de Derecho para Sudamérica, p. 900/901).

Em total e absoluta observância aos princípios do Devido Processo Legal e do Juiz Natural, o PLENÁRIO DA CORTE confirmou a competência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para a presidência dos inquéritos que investigam os crimes previstos nos artigos 2º, 3º, 5º e 6º (atos terroristas, inclusive preparatórios) da Lei 13.260/16, e nos artigos 147 (ameaça), 147-A, § 1º, III, (perseguição), 163 (dano), art. 286 (incitação ao crime), art. 250, § 1º, inciso I, alínea "b" (incêndio majorado), 288, parágrafo único (associação criminosa armada), 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito), 359-M (golpe de Estado), todos do Código Penal (Inq. 4.879 Ref e Inq. 4.879 Ref-segundo, Rel. Min ALEXANDRE DE MORAES, Pleno, DJe 10/04/2023).

Esta denúncia decorre de investigações conduzidas nesta SUPREMA CORTE, por meio dos Inqs. 4.917/DF, 4.918/DF, 4.919/DF, 4.920/DF, 4.921/DF, 4.922/DF, 4.923/DF e Pets dela derivadas, em razão dos atos que resultaram na invasão e depredação dos prédios do CONGRESSO NACIONAL, PALÁCIO DO PLANALTO e SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ocorridos em 8/1/2023, caracterizando em tese os crimes de associação criminosa, incitação ao crime, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, e dano qualificado pela violência e grave ameaça, com emprego de substância inflamável, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima.

A extensão e consequências das condutas de associação criminosa (art. 288, *caput*, do Código Penal) e das demais condutas imputadas ao denunciado são objetos de diversos procedimentos em trâmite neste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL direcionados a descobrir a autoria dos

AP 2330 / DF

financiadores e dos incitadores, inclusive autoridades públicas, entre eles aqueles detentores de prerrogativa de foro.

O Inq. 4.922 foi instaurado objetivando a apuração das condutas omissivas e comissivas dos denominados EXECUTORES MATERIAIS, inicialmente pela prática dos crimes de terrorismo (artigos 2º, 3º, 5º e 6º da Lei n. 13.206/2016), associação criminosa (artigo 288), abolição violenta do Estado Democrático de Direito (artigo 359-L), golpe de Estado (artigo 359-M), ameaça (artigo 147), perseguição (artigo 147-A, § 1º, III) e incitação ao crime (artigo 286), estes últimos previstos no Código Penal, no contexto dos atos praticados em 8 de janeiro de 2023, na Praça dos Três Poderes, especificamente nas sedes do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, do CONGRESSO NACIONAL e do PALÁCIO DO PLANALTO.

Nota-se, pois, que as investigações têm por objeto, DENTRE OUTRAS, a prática do delito de associação criminosa, cujo objetivo principal é a prática de crimes, tais como abolição do Estado democrático de Direito (art. 359-L), e também golpe de Estado (art. 359-M), com deposição do governo eleito de forma legítima nas Eleições Gerais de 2022.

A pedido da Procuradoria-Geral da República, o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL determinou a instauração de quatro Inquéritos: Inq. 4920, relativo aos FINANCIADORES dos atos antidemocráticos, que prestaram contribuição material/financeira para a malfadada tentativa de golpe; Inq. 4921, relativo aos PARTICIPES POR INSTIGAÇÃO, que de alguma forma incentivaram a prática dos lamentáveis atos; Inq. 4922, relativo aos AUTORES INTELLECTUAIS E EXECUTORES, que ingressaram em área proibida e praticaram os atos de vandalismo e destruição do patrimônio público; e Inq. 4923, relativo às AUTORIDADES DO ESTADO RESPONSÁVEIS POR OMISSÃO IMPRÓPRIA.

Todas as investigações referem-se aos mesmos atos criminosos resultantes da invasão e depredação dos prédios do CONGRESSO NACIONAL, PALÁCIO DO PLANALTO e SUPREMO TRIBUNAL

AP 2330 / DF

FEDERAL ocorridos em 8/1/2023, sendo EVIDENTE A EXISTÊNCIA DE CONEXÃO entre as condutas atribuídas a **MARCELO FERNANDES LIMA** na presente ação penal e aquelas investigadas no âmbito mais abrangente dos referidos procedimentos envolvendo investigados com prerrogativa de foro nessa SUPREMA CORTE.

Ressalte-se, inclusive, que alguns DETENTORES DE PRERROGATIVAS DE FORO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, inclusive, já foram identificados e estão sendo investigados, notadamente os Deputados Federais CARLOS JORDY, CABO GILBERTO SILVA, FILIPE BARROS e GUSTAVO GAYER.

Há, portanto, a ocorrência dos denominados delitos multitudinários, ou seja, aqueles praticados por um grande número de pessoas, em que o vínculo intersubjetivo é amplificado significativamente, pois um agente exerce influência sobre o outro, a ponto de motivar ações por imitação ou sugestão, o que é suficiente para a existência do vínculo subjetivo, ainda que eles não se conheçam.

A denúncia oferecida pelo Ministério Público aponta que *“A estabilidade da associação criminosa é comprovada pelo surgimento e permanência de tais grupos organizados, pelo menos desde o início do processo eleitoral até o dia 8.1.2023, quando houve a tentativa de concretizar os planos antidemocráticos previamente concebidos”* (eDoc. 1, fl. 202).

Vislumbra-se, neste caso, que a prova das infrações supostamente cometidas por **MARCELO FERNANDES LIMA**, ou ainda, suas circunstâncias elementares, podem influir diretamente nas investigações envolvendo investigados com prerrogativa de foro.

Observe-se, ainda, que foi a própria Procuradoria-Geral da República, órgão máximo do Ministério Público da União e com atribuição para atuar perante o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, que ofereceu a denúncia ora em análise, em virtude da competência desta CORTE para processar e julgar o presente caso em face da CONEXÃO apresentada e pleiteia a manutenção do caso nesta SUPREMA CORTE.

A comprovar que, de fato, as infrações praticadas e investigadas nos

AP 2330 / DF

inquéritos mencionados possuem estreita relação.

Dessa maneira, nos termos do art. 76, do Código de Processo Penal, a competência deve ser determinada pela conexão:

I - se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;

II - se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;

III - quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

Não bastasse a existência de coautoria em delitos multitudinários, há, ainda, conexão probatória com outros dois inquéritos que tramitam no âmbito do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, que investigam condutas atentatórias à própria CORTE, o Inq 4.781, das “Fake News” e a prática de diversas infrações criminais por milícias digitais atentatórias ao Estado Democrático de Direito, investigada no Inq 4.874, cujos diversos investigados possuem prerrogativa de foro: Senador FLÁVIO BOLSONARO e os Deputados Federais OTONI DE PAULA, CABO JÚNIO DO AMARAL, CARLA ZAMBELLI, BIA KICIS, EDUARDO BOLSONARO, FILIPE BARROS, LUIZ PHILLIPE ORLEANS E BRAGANÇA, GUIGA PEIXOTO e ELIÉSER GIRÃO.

Dessa forma, não há dúvidas sobre a competência deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para analisar a presente ação penal, pois É EVIDENTE A EXISTÊNCIA DE CONEXÃO entre as condutas atribuídas a **MARCELO FERNANDES LIMA** e aquelas investigadas no âmbito mais abrangente dos referidos procedimentos envolvendo investigados com prerrogativa de foro nessa SUPREMA CORTE, conforme já decidido

AP 2330 / DF

em situações idênticas nos julgamentos de mérito das AP's 1.060, 1.183 e 1.502 (de minha relatoria, Sessões Plenárias de 13/9/2023 e 14/9/2023), 1.109, 1.413, 1.505 (j. SV 16/9/2023 a 2/10/2023), 1.116, 1.171, 1.192, 1.263, 1.498 e 1416 (j. SV 6/10/2023 a 16/10/2023), 1.065, 1.069, 1.090, 1.172, 1.091 (j. SV 17/11/2023 a 24/11/2023), 1.066, 1.115, 1.264, 1.405 (j. SV 15/12/2023 a 5/2/2024).

2. INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DO DIREITO À AMPLA DEFESA.

Cumprе consignar que à Defesa foi assegurada plena atuação em favor do réu durante todo o trâmite desta ação penal, com meios e recursos a ela inerentes e observância das garantias intrínsecas à própria concepção do devido processo legal.

Nesse sentido, foi efetuada a citação do réu (eDoc. 73) assim como as necessárias intimações para participação nos atos processuais e oferta de manifestações, além da concessão de prazo para pedidos de diligências probatórias (eDocs. 85-86).

Não há dúvidas, ainda, de que foi franqueado à Defesa acesso, na íntegra, dos elementos de prova constantes dos autos.

Registro igualmente que a Polícia Federal disponibilizou nos autos os elementos de prova de que dispunha acerca do caso, consubstanciados na documentação apresentada na Informação de Polícia Judiciária nº 16/2023, permitindo-se o acesso aos advogados regularmente constituídos e cadastrados nos autos.

Do exposto, infere-se que à defesa foi oportunizada a utilização das faculdades processuais que asseguram a sua efetiva participação no impulsionamento e desdobramentos do feito, a viabilizar, inclusive, todos os meios legítimos de prova para refutar a tese sustentada pela acusação na denúncia, não prosperando qualquer argumento de cerceamento do exercício daqueles direitos.

Portanto, AFASTO A ALEGAÇÃO DE NULIDADE PELO

AP 2330 / DF

CERCEAMENTO DE DEFESA.

3. ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS DE 08/01/2023. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E O CONTEXTO DOS CRIMES MULTITUDINÁRIOS – CO-AUTORIA DE MARCELO FERNANDES LIMA.

O PLENÁRIO do SUPREMO, nos julgamentos de mérito das APs 1.060, 1.502, 1.183 (j. Plenário 13/9/2023 e 14/9/2023), 1.109, 1.413, 1.505 (j. SV 16/9/2023 a 2/10/2023), 1.116, 1.171, 1.192, 1.263, 1.498 e 1416 (j. SV 6/10/2023 a 16/10/2023), 1.065, 1.069, 1.090, 1.172, 1.091 (j. SV 17/11/2023 a 24/11/2023), de minha relatoria, definiu que a hipótese dos atos antidemocráticos de 8/1/2023 ocorreu em associação criminosa e no contexto de crimes multitudinários ou de multidão.

A Procuradoria-Geral da República imputou ao denunciado **MARCELO FERNANDES LIMA** as condutas descritas nos arts. 288, parágrafo único (associação criminosa armada), 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito), 359-M (golpe de Estado), 163, parágrafo único, I, II, III e IV (dano qualificado pela violência e grave ameaça, com emprego de substância inflamável, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima), todos do CÓDIGO PENAL e art. 62, I, da Lei 9.605/1998 (deterioração de patrimônio tombado), observadas as regras do art. 29, *caput* (concurso de pessoas) e art. 69, *caput* (concurso material), ambos do CÓDIGO PENAL, narrando de forma clara, expressa e precisa, o contexto no qual inseridos os eventos criminosos.

A Procuradoria-Geral da República sustenta, em alegações finais, a plena caracterização dos delitos multitudinários na presente hipótese, afirmando que (eDoc. 111, fls. 41-52):

“Na data de 8 de janeiro de 2023, a escalada de violência ganhou contornos incompatíveis com o Estado de Direito, resultando na invasão e na enorme depredação dos prédios do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, conforme detalhadamente exposto no item

anterior.

Uma turba violenta e antidemocrática, insatisfeita com o resultado do pleito eleitoral de 2022, almejando a abolição do Estado Democrático de Direito e a deposição do governo legitimamente constituído, avançou contra as sedes dos Três Poderes da República.

Os delitos, como consta na cota de oferecimento da denúncia, ocorreram no contexto de multidões. Como descrito por Gustave Le Bon, “os crimes das multidões são resultado de uma poderosa sugestão, e os indivíduos que neles tomam parte ficam depois persuadidos de que obedeceram a um dever, o que não acontece de modo nenhum com o vulgar criminoso”; “Os caracteres gerais das multidões chamadas criminosas são exatamente os mesmos que observamos em todas as multidões: sugestibilidade, credulidade, versatilidade, exagero de sentimentos bons ou maus, manifestação de certas formas de moralidade, etc.”.

A turba, da qual fazia parte o denunciado, que se dirigiu a atentar contra o Estado de Direito, depredando os prédios dos Três Poderes, agia de forma multitudinária, por sugestão e imitação de uns para com os outros. Todos atuavam dolosamente, em concurso de pessoas, unidos pelo vínculo subjetivo.

Como diz Gustave Le Bon, a turba multitudinária forma uma “alma coletiva” ou, nas palavras do Prof. René Ariel Dotti, a multidão criminosa “constitui uma espécie de alma nova dos movimentos de massa”²², agrupando-se para um objetivo comum.

A respeito da multidão criminosa, assim como dos crimes praticados por multidões, Aníbal Bruno esclarece:

Quando uma multidão se toma de um desses movimentos paroxísticos, inflamada pelo ódio, pela cólera, pelo desespero, formase, por assim dizer, uma alma nova, que não é a simples soma das almas que a

constituem, mas sobretudo do que nelas existe de subterrâneo e primário, e esse novo espírito é que entra a influir a manifestações de tão inaudita violência e crueldade, que espantarão mais tarde aqueles mesmos que dele faziam parte. Nesses momentos decisivos do destino das multidões, surgem inesperadamente seres que se podem dizer mais próximos da animalidade primitiva e tomam a dianteira, fazendo-se os arautos e inspiradores da multidão em tumulto. O homem subterrâneo, que se esconde no mais profundo psiquismo, desperta a esse apelo, para inspirar as façanhas mais imprevistas de força e ferocidade. É uma arrancada de animais enfurecidos, levados pelos meneurs, mas esses mesmos, arrastados por esse espírito da multidão amotinada, já então difícil de dominar. Cria-se uma moral de agressão, que sufoca a habitual hierarquia de valores e subverte a vigilância da consciência ético-jurídica comum que contamina por sugestão todos os que se encontram em presença do tumulto.

Importante repisar que, nos casos de crimes multitudinários, um agente exerce influência sobre o outro, a ponto de motivar ações por imitação ou sugestão, o que é suficiente para a existência do vínculo subjetivo, ainda que eles não se conheçam. (...).

No presente caso, indene de dúvidas que os atos criminosos praticados no dia 8 de janeiro de 2023 se inserem na categoria jurídica dos chamados crimes multitudinários, verificada quando cada agente age por imitação ou sugestão, caracterizando-se o vínculo subjetivo entre os indivíduos.

Com efeito, a “sugestão” deflagradora do comportamento multitudinário verificado se iniciou antes mesmo do dia 8 de janeiro, conforme acima já exposto, sob a forma de instigação, replicada instantaneamente, em progressão geométrica, por meio de aplicativos de mensagens e redes sociais, visando a

AP 2330 / DF

insurgência popular. O fluxo de mensagens e materiais difundidos para arregimentar o grupo criminoso fazia expressa referência aos propósitos de “tomada de poder”, em uma investida que “não teria dia para acabar”.

(...).

Desse modo, não há dúvidas de que, nos atos do dia 8 de janeiro de 2023, todos agiam em concurso de pessoas, unidos pelo vínculo subjetivo para a realização da obra comum, com a prática das condutas penais imputadas na denúncia.

A caracterização do concurso de pessoas multitudinário demanda a cumulação de quatro requisitos: a) pluralidade de agentes, traduzida na pluralidade de condutas; b) relação de causalidade material entre as condutas e o resultado (relevância causal objetiva dos comportamentos); c) vínculo de natureza psicológica ligando as várias condutas; e d) existência de um fato punível.

Quanto ao ponto analisado, conforme se extrai dos autos, a turba de criminosos, na qual se inseria o denunciado, dirigiu sua conduta, comissivamente, para a produção dos resultados lesivos. O denunciado, além de integrar o grupo criminoso, dando vida à turba multitudinária, efetivamente invadiu o Supremo Tribunal Federal, sede de um dos Poderes da República, com emprego de violência, concorrendo para os danos causados, na tentativa de abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais.

Importa mencionar que não se exige, nesse particular, que a conduta de todos seja idêntica, desde que se insira na linha de desdobramento causal dos fatos típicos puníveis, o que, quanto às imputações realizadas na denúncia, não há dúvidas.

Nesse sentido, torna-se irrelevante discriminar qual ou quais bens o denunciado danificou, ou mesmo especificar como o denunciado confrontou as forças de segurança pública. Isso porque, pelo que se verifica dos elementos probatórios coligidos, os crimes, praticados em contexto de multidão,

AP 2330 / DF

somente puderam se consumir com a soma das condutas e comunhão dos esforços de todos que, unidos pelo vínculo psicológico - propósito comum ou compartilhado -, contribuíram efetivamente para a realização dos resultados pretendidos.

Além disso, as variadas e multitudinárias condutas, dentre elas a do denunciado, tiveram evidente relevância causal para a produção dos resultados materiais ou jurídicos compartilhados, sendo certo que, caso não houvesse a adesão de agrupamento com essa dimensão quantitativa, os crimes não poderiam ser executados da forma que se verificou.

Nesse particular, não importa se a adesão foi anterior ou concomitante à execução do delito. Importa frisar, isso sim, que a conduta praticada por cada agente influenciou no resultado criminoso. Conforme Esther de Figueiredo Ferras, “é indispensável as múltiplas atividades convergirem objetivamente para o resultado comum”.

(...).

Nesse sentido, o resultado típico que se verifica nos autos é produto também da conduta imputada ao denunciado, donde a análise do curso causal permite concluir que sua ação foi relevante para a consumação dos crimes. É dizer: o resultado lesivo aos bens jurídicos é imputável ao denunciado, e aos demais executores, como obra sua (obra comum).

Quanto ao vínculo de natureza psicológica (subjetiva), importa consignar que são puníveis os agentes que agem e concorrem, voluntária e conscientemente, para produzir a obra comum. Não se exige, porém, prévio acordo ou entendimento recíproco, bastando que as vontades ou representações do resultado estejam encadeadas por meio de um liame de ordem subjetiva, ou seja, consciência da colaboração e voluntária adesão.

Da análise dos autos, é possível reconhecer que o grupo criminoso, e especificamente o denunciado, agia com o conhecimento de que cada interveniente concorria com a ação

AP 2330 / DF

de outrem, tendo ciência, ainda, de que contribuía para configurar o fato, ou seja, convergia para um fato comum.

(...).

Dessa maneira, com relação aos atos criminosos praticados, é inegável a vinculação psicológica dos integrantes do grupo responsável pela prática das condutas imputadas na denúncia. Com efeito, anteriormente aos crimes praticados no dia 8 de janeiro, já havia uma associação permanente, estável e organizada, inclusive com estrutura física montada, em que ideias golpistas, atentatórias ao Estado Democrático de Direito e aos Poderes Constituídos eram amplamente difundidas.

Além disso, com o emprego da tecnologia na difusão massificada de mensagens, as convocações e chamamentos por aplicativos e redes sociais, insuflando e arregimentando pessoas com discursos de orientação ideológica extremista, atingiram um expressivo número de pessoas que compartilhavam dos mesmos propósitos e, ao se agruparem, sabiam cada um contribuir com a ação do outro, precisamente para a realização de uma obra comum.

Por sua vez, o elemento subjetivo do tipo – o dolo – deve considerar as circunstâncias objetivas verificadas no palco do ambiente tumultuário. Conforme Márcio Augusto Friggi de Carvalho:

No **contexto das multidões**, a conduta do interveniente deve ser avaliada de forma a tentar recompor, no processo criminal, o elemento subjetivo do tipo, considerando o ambiente no qual atuou e os reflexos do comportamento do agente em relação aos demais envolvidos. Não é possível descuidar do processo de sugestão e imitação, a abraçar todos os participantes do evento inquinado de ilícito, e a evidente possibilidade de representação casuística do resultado danoso considerada a somatória das condutas interligadas.

O dolo, enquanto elemento subjetivo do tipo

AP 2330 / DF

incriminador, é formado por dois elementos, a saber, consciência e vontade, reclamando que seja demonstrado o fim determinado e pretendido pelo autor, bem como a consciência de que, com aquela ação, o resultado é alcançável.

A consciência – elemento cognitivo ou intelectual – diz respeito à situação fática em que o agente se encontra, exigindo-se, para configurar o dolo, que o agente saiba exatamente aquilo que faz. Trata-se, em outras palavras, do conhecimento de todos os elementos objetivos que conformam o tipo penal e uma correta compreensão do significado da conduta que se realiza.

Advirta-se, porém, que não se exige que o agente conheça o tipo penal ao qual sua conduta se amolda. Esclarecem Bustos Ramírez e Hormazábal Malarée: “a exigência do conhecimento se cumpre quando o agente conhece a situação social objetiva, ainda que não saiba que essa situação social objetiva se encontra prevista dentro de um tipo penal”.

A vontade – elemento volitivo – consiste na decisão de ação determinada a alcançar uma finalidade, constituindo-se no motor de uma atividade humana capaz de dominar os cursos causais.

No caso concreto, as circunstâncias não deixam dúvida quanto ao dolo do denunciado. Acerca do elemento cognitivo (conhecimento da situação social objetiva), já se sabia antecipadamente da pretensão de atentados aos edifícios-sedes dos Três Poderes da República, com o anunciado objetivo de “tomada de poder” e de “invasão ao Congresso Nacional” por parte de grupos antidemocráticos insatisfeitos com o resultado das eleições de 2022.

Relatórios de inteligência indicavam que “CACs” estavam sendo convocados para “sitiar Brasília”, especificamente no dia 8 de janeiro de 2023, e que havia uma mobilização pela presença de “adultos em boa condição física”. Os atos de convocação vedavam a “participação de crianças e daqueles que apresentam dificuldade de locomoção” (Relatório de

AP 2330 / DF

Inteligência n. 06/2023/30/SI/SSP/DF, do dia 6 de janeiro de 2023, – Doc. 11, anexo ao Relatório de Intervenção Federal).

Nota-se que as informações de inteligência davam conta de potenciais ataques graves à Capital Federal e às sedes dos Três Poderes, inclusive pela arregimentação de pessoas com acesso a armas de fogo e de indivíduos dispostos ao confronto físico. Havia perspectiva concreta de lesão ao patrimônio público e a indivíduos, até mesmo pelo potencial de enfrentamento armado.

Veja-se o que se extrai do Relatório de Inteligência nº 06/2023/30/SI/SSP/DF, do dia 6 de janeiro de 2023, com difusão diretamente para o GAB/SSP-DF, SOPI/SSP/DF:

(...)

Além disso, como já se disse acima, o fluxo de mensagens e materiais difundidos para arregimentar o grupo criminoso fazia expressa referência aos propósitos de “tomada de poder”, em uma investida que “não teria dia para acabar”.

Observa-se, ainda, que a prática dos atos de violência ostensiva, em momentos anteriores à efetiva invasão dos prédios públicos, criou ambiente no qual havia a clara representação, por todos que ali estavam, dos elementos objetivos dos tipos incriminadores imputados, inclusive quanto à violência empregada, sendo despropositadas alegações no sentido de que determinados indivíduos, que invadiram os prédios públicos, dirigiram seu comportamento para a prática de um ato pacífico (ausência de dolo quanto aos crimes imputados).

O elemento volitivo do dolo, do mesmo modo, é claramente percebido no contexto dos atos praticados pelo denunciado. Com efeito, a partir da representação (conhecimento da situação objetiva e compreensão do significado da conduta), o denunciado dirigiu sua conduta para alcançar os resultados típicos.

A ação finalística – agir dirigido para alcançar um resultado – é descortinada tanto pelos elementos verificados na

AP 2330 / DF

fase anterior à execução dos crimes, consistente na “arregimentação de pessoas” dispostas à “tomada violenta do poder”, quanto pela própria conduta externada pela turba, da qual fazia parte o denunciado, na execução dos delitos.

(...).

Assim, de rigor concluir que, aquele que opera diretamente o curso causal, dirigindo-se subjetivamente ao resultado – conforme o denunciado -, age dolosamente, pois deseja que o resultado se concretize, como produto de suas próprias ações ou contribuições.”

Razão assiste à Procuradoria-Geral da República, pois em crimes dessa natureza, a individualização detalhada das condutas encontra barreiras intransponíveis pela própria característica coletiva da conduta, não restando dúvidas, contudo, de que TODOS contribuem para o resultado, eis que se trata de uma ação conjunta, perpetrada por inúmeros agentes, direcionada ao mesmo fim.

Como ensinado por NILO BATISTA,

“De índole completamente diversa é a hipótese do chamado crime multitudinário: parte aqui o legislador (art. 65, inc. III, al. e) de noções produzidas pela criminologia positivista a respeito de influências desinibidoras e ativantes que a multidão em tumulto teria sobre o indivíduo; (...) Os crimes plurissubjetivos admitem a participação, devendo-se observar que qualquer auxílio ao fato converte o cúmplice em autor direto” (Concurso de agentes – uma investigação sobre os problemas da autoria e da participação no direito penal brasileiro. 2ªed – São Paulo: Editora Lumen Juris, 2004).

No mesmo sentido, os ensinamentos de JULIO FABBRINI MIRABETE:

AP 2330 / DF

“é possível o cometimento de crime pela multidão delinquente, como nas hipóteses de linchamento, depredação, saque etc. Responderão todos os agentes por homicídio, dano, roubo, nesses exemplos, mas terão as penas atenuadas aqueles que cometerem o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocaram (art. 65, III, e). A pena, por sua vez, será agravada para os líderes, os que promoveram ou organizaram a cooperação no crime ou dirigiram a atividade dos demais agentes (art. 62, I)”. (Manual de Direito Penal: parte geral: arts. 1º a 120 do CP – volume 1/ Julio Fabbrini Mirabete, Renato N. Fabbrini – 34. Ed. – São Paulo, Atlas, 2019,página 234).

Trata-se do mesmo posicionamento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL em relação aos requisitos necessários para a tipificação dos crimes multitudinários ou de autoria coletiva, pois, ao analisar hipótese de crime de dano qualificado imputado a diversas pessoas pelo fato de haverem depredado as instalações de delegacia policial, em protesto contra a posse de novo titular, decidiu:

“nos crimes multitudinários, ou de autoria coletiva, a denúncia pode narrar genericamente a participação de cada agente, cuja conduta específica é apurada no curso do processo desde que se permita o exercício do direito de defesa” (HC 73638, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Julgamento: 30/04/1996, Publicação: 07/06/1996).

Nesse mesmo sentido: HC 75.868, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, julgado em 10/2/1998, DJ 06-06-2003; HC 73.638, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, julgado em 30/04/1996, DJ 07-06- 96); HC 71.899, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, julgado em 4/4/1995, DJ 02-06-95).

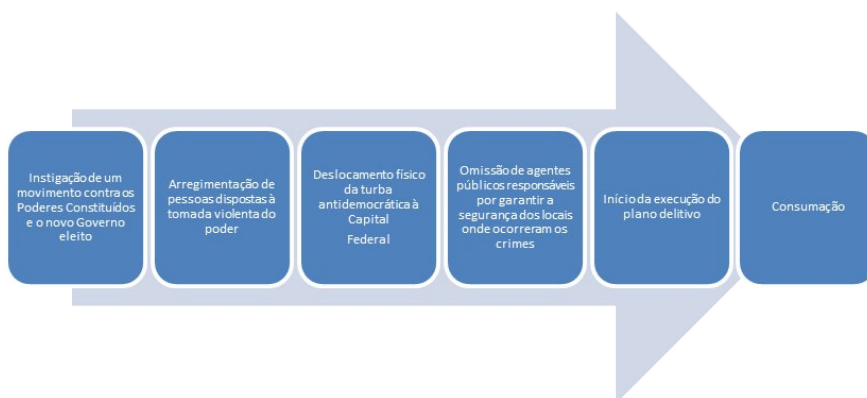
AP 2330 / DF

É o mesmo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ao afirmar que:

“(...) não é inepta a denúncia, nem se reveste de qualquer vício a sentença condenatória nela baseada, se, em se tratando de crime multitudinário, não se descreve a conduta individualizada de cada participante da quadrilha” (REsp n. 128.875/RJ, Rel. Min. Anselmo Santiago, Sexta Turma, julgado em 16/12/1997, DJ de 29/6/1998, p. 340.)

Dessa maneira, os argumentos trazidos pela Procuradoria-Geral da República são corroborados pelas provas trazidas nos autos, que demonstram que, embora não seja possível precisar o momento exato em que houve a adesão subjetiva, ou a associação, para a prática de crimes, é certo que ela se deu anteriormente ao dia 08 de janeiro de 2023.

Fica claro que o encadeamento de ações, assim sequenciadas, culminou nos atos antidemocráticos de 8/1/2023:



Em verdade, é fato notório que, após a proclamação do resultado das Eleições Gerais de 2022 pelo TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE), constatou-se a difusão de diversos atos antidemocráticos, com a prática de violência e grave ameaça às pessoas, como o bloqueio do

AP 2330 / DF

tráfego em diversas rodovias do país, e o episódio ocorrido no dia 12/12/2022, data da diplomação dos eleitos perante o TSE, no qual manifestantes praticaram vandalismo e depredação nos arredores do edifício-sede da Polícia Federal em Brasília, tudo com o intuito de abolição do Estado Democrático de Direito, pleiteando um golpe militar e o retorno da Ditadura.

O relatório elaborado pelo Interventor Federal, RICARDO CAPPELLI (fls. 17/52), designado pelo Decreto nº 11.377, de 08 de janeiro de 2023, traz a informação de que o acampamento em frente ao Quartel-General do Exército (QGEx.) foi montado em 01/11/2022, ou seja, no dia seguinte à divulgação dos resultados da Eleição Presidencial que, em segundo turno, se encerrou em 30/10/2022.



Já no dia 15/11/2022 era visível a aglomeração de pessoas em frente ao referido QGEx.

AP 2330 / DF



Também houve intensa participação de caminhoneiros, tendo o primeiro comboio chegado no dia 6/11/2022, com seus veículos alocados em espaços destinados pelos militares.

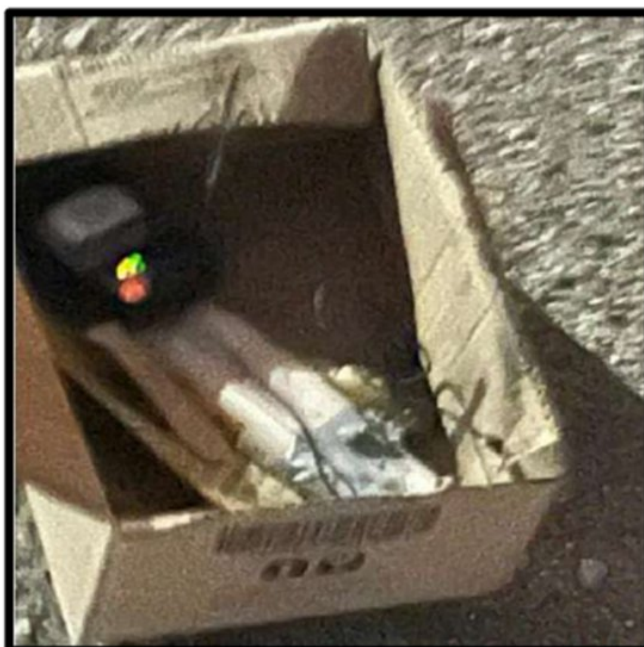


Perto do dia 12/12/2022, data da diplomação dos eleitos pelo TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, verificou-se a escalada violenta dos protestos, com o bloqueio das vias públicas em Brasília em frente ao Aeroporto de Brasília e hotel onde se hospedava o Presidente eleito. No dia da diplomação foram praticados atos de extrema violência, marcados por enfrentamento das forças de segurança pública:

AP 2330 / DF



No dia 24/12/2022 foi localizado artefato explosivo junto a um caminhão-tanque, tendo os autores sido identificados e presos, bem como declarado que o planejamento do crime ocorreu no acampamento do QGEx.



Ainda sobre o referido relatório, em 25/12/2022, verificou-se que

AP 2330 / DF

manifestantes tentaram se aproximar da Praça dos Três Poderes e, durante abordagem policial, foram constatadas a posse de rádios de transmissão, bolas de gudes (que são utilizadas para dificultar o avanço da cavalaria) e arma branca (faca).

Em suas alegações finais, a Procuradoria-Geral da República consigna que, a partir de 6/1/2023, *“em razão da previsão da chegada de caravanas e do conteúdo belicoso veiculado nas mensagens compartilhadas em redes sociais e demais fontes de dados, a natureza e as proporções violentas que os atos previstos entre os dias 06 e 09 de janeiro de 2023 podiam ganhar já era perceptível por aqueles que se uniram e executaram, no dia 8 do mesmo mês, as invasões e destruições dos prédios públicos”*.

Nesse sentido, reporta-se ao *Relatório de Inteligência nº 06/2023/30/SI/SSP/DF, do dia 6 de janeiro de 2023, sobre os atos previstos entre os dias 06 e 09 de janeiro de 2023, que foi difundido no próprio dia 06 de janeiro de 2023, às 17h, para o gabinete do Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal (SSPDF), no qual foram destacados alguns aspectos: a) possibilidade de invasão e ocupação a órgãos públicos; b) participação de grupos com intenção de ações adversas, bem como orientação de que o público participante fossem adultos em boa condição física; c) participação de pessoas que pertenceriam ao segmento de Caçadores, Atiradores e Colecionadores de armas de fogo (CACs); d) possíveis ações de bloqueios em refinarias e/ou distribuidoras.*

Esse mesmo documento noticiou que, desde o dia 3/1/2023 (Anexo 11 do Relatório de Intervenção Federal), houve a conclamação de caravanas para a *“Tomada de Poder pelo povo”*, bem como a convocação de *“Greve geral”* por segmentos específicos do agronegócio e caminhoneiros:

AP 2330 / DF



A Procuradoria-Geral da República também aponta que informes da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) de janeiro de 2023 davam conta do risco de ações violentas contra autoridades e prédios públicos e de incitações para deslocamento até a Esplanada dos Ministérios, ocupação de prédios públicos e ações violentas.

O panorama exposto evidencia que os propósitos criminosos eram plenamente difundidos e conhecidos *ex ante*, tendo em vista que os manifestantes insuflavam as Forças Armadas à tomada violenta do poder.

A ação delituosa visava impedir, de forma contínua, o exercício dos Poderes Constitucionais e ocasionar a deposição do governo

AP 2330 / DF

legitimamente constituído, com a indispensável participação do Exército Brasileiro a sair às ruas para estabelecer e consolidar o regime de exceção pretendido pelos acampados, tendo como pano de fundo uma suposta fraude eleitoral e o exercício arbitrário dos Poderes Constituídos.

Justamente por isso houve a aglomeração de pessoas em acampamentos, não somente em Brasília, mas em todo o país, com intuito de provocar amotinamento daqueles submetidos ao regime castrense para que houvesse uma “intervenção militar” e o afastamento das autoridades democraticamente eleitas para o exercício do Poder Executivo, como se infere das imagens que a Procuradoria-Geral da República colaciona.



As mensagens criticavam o SFT, traziam fake news sobre o processo eleitoral, pediam socorro e/ou elogiavam as Forças Armadas





Na linha do que sustenta a Procuradoria-Geral da República, a agregação de pessoas que ocorria desde novembro de 2022 e o insuflamento, durante meses, à abolição violenta do Estado Democrático de Direito e ao golpe de Estado culminaram na prática dos crimes multitudinários de 8/1/2023, assim como, obviamente, as ações

AP 2330 / DF

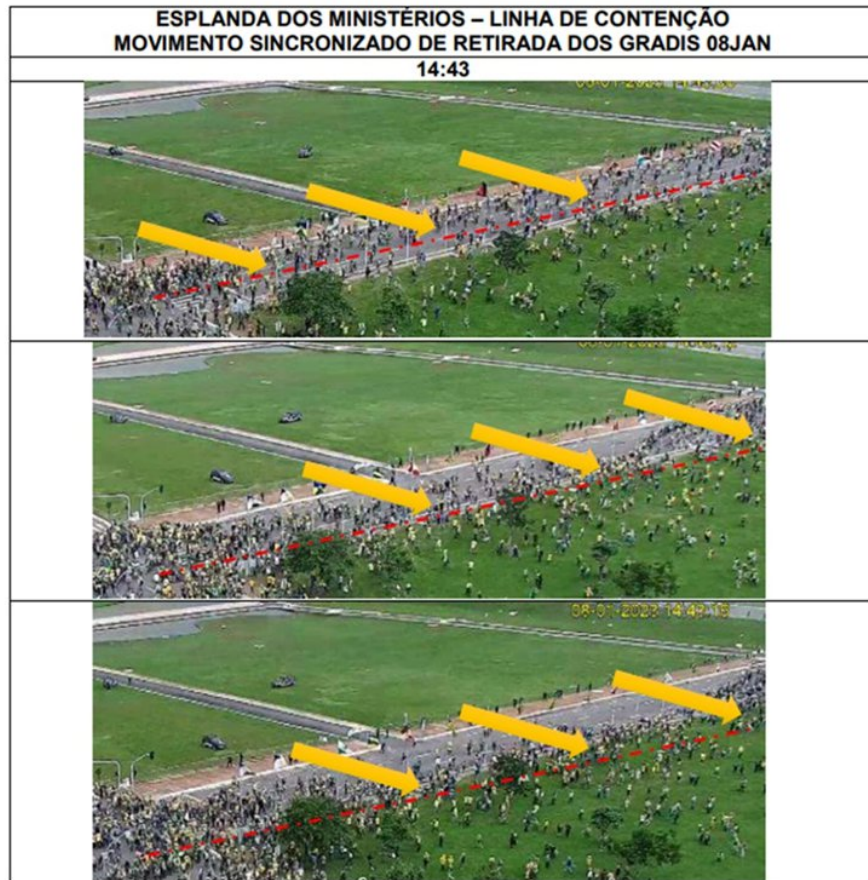
direcionadas a arrematar pessoas dispostas à tomada violenta do poder.

Já no dia 8/1/2023, como sinalizam as imagens também colacionadas nas alegações finais da Procuradoria-Geral da República, por volta das 13h, teve início a marcha com destino à Esplanada dos Ministérios, ocorrendo o rompimento da linha de revista que estava nas proximidades da Catedral por volta das 14h25.

Próximo às 14h45 houve o rompimento da barreira de contenção policial, o que viabilizou que a turba prosseguisse em direção ao Congresso Nacional (retirada dos gradis por volta das 14h43).

Aproximadamente às 15h, ocorreu a invasão da parte interna do Congresso Nacional. Às 15h10 outro grupo adentrou o estacionamento e a parte de trás do Palácio do Planalto, subindo a rampa às 15h20. Às 15h30 foi rompida parte da estrutura de segurança do Supremo Tribunal Federal, com a invasão do local por 300 (trezentos) criminosos, que iniciaram a depredação do prédio. A retomada dos prédios só foi alcançada na noite do dia 8/1/2023, com a prisão em flagrante de centenas de invasores.

AP 2330 / DF



AP 2330 / DF

Portanto, relativamente à materialidade e ao elemento subjetivo, constata-se o contexto de crimes multitudinários, conforme reconhecido anteriormente por esta SUPREMA CORTE no momento do recebimento da denúncia, conforme acórdão de eDoc. 59 assim ementado:

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. INQUÉRITOS DOS ATOS DO DIA 8/1/2023. DENÚNCIA APTA. OBSERVÂNCIA DOS ARTIGOS 41 E 395 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRESENÇA DE JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL. NARRATIVA CLARA E EXPRESSA QUE SE AMOLDA À DESCRIÇÃO TÍPICA DOS CRIMES MULTITUDINÁRIOS OU DE AUTORIA COLETIVA IMPUTADOS. EXISTÊNCIA DE PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. DENÚNCIA RECEBIDA.

Saliente-se que O PLENÁRIO do SUPREMO, nos julgamentos de mérito das APs 1.060, 1.502, 1.183 (j. Plenário 13/9/2023 e 14/9/2023), 1.109, 1.413, 1.505 (j. SV 16/9/2023 a 2/10/2023), 1.116, 1.171, 1.192, 1.263, 1.498 e 1.416 (j. SV 6/10/2023 a 16/10/2023), 1.065, 1.069, 1.090, 1.172, 1.091 (j. SV 17/11/2023 a 24/11/2023), de minha relatoria, definiu que a hipótese dos atos antidemocráticos de 8/1/2023 ocorreu em associação criminosa e no contexto de crimes multitudinários ou de multidão.

Nesse sentido, destaco o voto do Ministro CRISTIANO ZANIN (AP 1.060, de minha Relatoria, Sessão Plenária de 13/9/2023):

Essa forma de praticar crimes, especialmente na era da internet, está sendo estudada nos mais diversos países e causa enorme inquietude. Tais estudos nos oferecem a ideia de que os crimes praticados por multidões em tumulto indicam a presença de uma espécie de contágio mental que transforma os aderentes em “massa de manobra”. De fato, uma análise multidisciplinar do tema mostra que no caso das multidões em tumulto diversos fenômenos psicológicos

AP 2330 / DF

entram em ação para criar uma ideia de “sugestionabilidade”: os componentes da turba passam a exercer uma enorme influência recíproca, desencadeando um efeito manada, apto a gerar o que se chama de “desindividualização” (ou perda das características individuais), que pode levar à prática de atos ilícitos de enorme gravidade.

No mesmo sentido votou o Ministro LUIZ FUX:

Eu fiz algumas anotações, Senhora Presidente, porque, no meu modo de ver, bastaria acompanhar o voto do Relator, de que efetivamente nós estamos diante de um crime multitudinário. Esses delitos foram praticados por uma multidão espontaneamente organizada no sentido de um comportamento comum contra pessoas e coisas. Eles têm as suas características. O agrupamento de pessoas foi organizado de forma espontânea - falou-se em Festa da Selma -, há liderança e organicidade, que estão sendo apuradas por sua Excelência o Ministro Alexandre de Moraes, e foram impulsionadas pela emoção e pelo tumulto com um objetivo comum.

Igualmente votou a então Presidente da CORTE, Ministra ROSA WEBER:

Com efeito, sobressai do inventário probatório: (i) agrupamento humano armado, dotado de estabilidade e permanência, (ii) reunido, mediante prévio concerto engendrado nas plataformas de social media, (iii) para praticar uma série indefinida de crimes, (iv) materializados nos ataques ao patrimônio da União e a inúmeros bens tombados, bem como na tentativa de abolir o Estado Democrático de Direito – impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais – e de depor o governo legitimamente constituído, expõe a presença dos elementos que compõem a estrutura normativo-típica dos crimes (contra o patrimônio público e contra as instituições democráticas) reportados na peça acusatória.

AP 2330 / DF

As testemunhas ouvidas em juízo corroboram as imputações feitas pela Procuradoria-Geral da República, descrevendo com riqueza de detalhes as circunstâncias e a execução dos diversos crimes praticados durante os atos golpistas de 8/1, com a invasão violenta da Praça dos Três Poderes, do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Em relação à invasão ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, o conjunto probatório corrobora as imagens, apontando a invasão por grupo que procedeu com violência contra as forças policiais (arremessando objetos como pontaletes, extintores, bolas de gude), de maneira orquestrada (havia organização e divisão de tarefas, havia material gráfico com instruções, foi montada barricada para impedir acesso ao Plenário pelas forças policiais, utilizaram-se mangueiras para jogar água contra policiais) e impulsionado, essencialmente, pela atuação em desfavor do governo eleito e pelo clamor por uma intervenção militar.

Colhe-se do depoimento da testemunha:

CARLOS HENRIQUE PINHEIRO DE MELO (Delegado de Polícia Federal): *narrou que participou, na condição de autoridade policial, dos primeiros passos investigativos, representando junto ao Poder Judiciário para adoção de medidas cautelares em face do investigado MARCELO FERNANDES LIMA. Declarou que a atuação da Polícia Federal no âmbito dos fatos que envolveram o dia 8 de janeiro de 2023 foi bem segmentada. A unidade na qual trabalha participou, em um primeiro momento, realizando um levantamento de dados e condensando tudo em informação de polícia judiciária, para que fossem encaminhadas às demais autoridades policiais, com o intuito de fazer as análises e apresentar representações ao Poder Judiciário. Quanto a MARCELO FERNANDES LIMA, os elementos iniciais que apontavam para a participação dele nos atos do dia 8 de janeiro de 2023, foram consignados numa informação de polícia judiciária que chegou até o declarante para análise. Com base no exame das peças informativas, identificou elementos suficientes que*

AP 2330 / DF

apontavam para indícios de autoria e materialidade em face dos fatos apurados. Então, decidiu por representar ao Poder Judiciário, no caso, ao Supremo Tribunal Federal. No que diz respeito à identificação do denunciado, isso se deu muito em razão de uma característica peculiar de MARCELO FERNANDES LIMA, que é uma tatuagem no braço, assim como a partir de outras imagens que foram obtidas no curso da investigação, sendo realizada uma comparação. Na sequência, com a identificação do denunciado na sede da Delegacia da Polícia Federal, foi possível fazer um comparativo a partir dos sinais característicos. A testemunha narrou que, quando a busca e apreensão foi cumprida, MARCELO FERNANDES LIMA não foi localizado no endereço vinculado à medida, mas se apresentou alguns dias depois e, como a atuação na Polícia Federal, nesse caso, foi bem segmentada, não houve a oportunidade de, por exemplo, reinquiri-lo após o cumprimento do mandado de prisão preventiva. Prossegue a testemunha aduzindo que, num primeiro momento, a unidade policial do declarante participou fazendo a análise preliminar e verificando a possibilidade ou não de solicitação de medidas de caráter judicial. Cumpridas essas medidas, o procedimento passou a ser redistribuído para outra unidade, que trata dos inquéritos nos Tribunais Superiores para continuidade. A testemunha reforçou que se baseou especificamente nas imagens que constavam da própria Informação de Polícia Judiciária, não se recordando especificamente se chegou a assistir os vídeos mencionados naquele expediente. A testemunha contou ainda que atuara, na condição de autoridade policial, na lavratura do flagrante envolvendo as pessoas que estavam acampadas na proximidade do QG do Exército.

Essencial destacar que o conjunto probatório ratifica o intuito comum à atuação da horda invasora e golpista, direcionado ao questionamento do resultado das urnas, à derrubada do governo recém-empossado e à ruptura institucional. Também foi registrado o lastro de destruição operado nas áreas comuns do prédio do Palácio do Planalto, após a entrada dos invasores que contornaram a contenção, com procedimentos que denotavam organização do grupo.

AP 2330 / DF

A partir do panorama delineado, comprova-se a entrada de horda criminosa e golpista num prédio onde havia bloqueios, em dinâmica de vandalismo e violência, com ações organizadas que se estenderam para além do simples ingresso no edifício, e que não recuou, mesmo diante de ordens de desocupação, praticando os diversos crimes imputados pela Procuradoria-Geral da República na denúncia - **da qual a instrução probatória comprovou que o acusado fazia parte.**

O réu **MARCELO FERNANDES LIMA** foi preso preventivamente, por ordem expedida por mim, no dia 12 de janeiro de 2023, em razão da empreitada criminosa ao retirar um exemplar da Constituição Federal de 1988 das dependências do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, nos atos de invasão ao prédio no dia 8/1/2023.

Conforme narrou a autoridade policial na Informação de Polícia Judiciária nº 16/2023), o acusado “*compareceu a Delegacia de Polícia Federal em Varginha/MG, e entregou o exemplar da Constituição Federal, declarando que participou dos atos na capital federal em 08/01 e que teria invadido o prédio do Supremo Tribunal Federal*”. Na ocasião, a Polícia Federal representou pela prisão preventiva do investigado e consignou o seguinte (eDoc. 26):

“Circulam em redes sociais dois vídeos, em que um indivíduo exhibe um exemplar da Constituição Federal de 1988 retirado do Supremo Tribunal Federal no dia 08/01/2023.

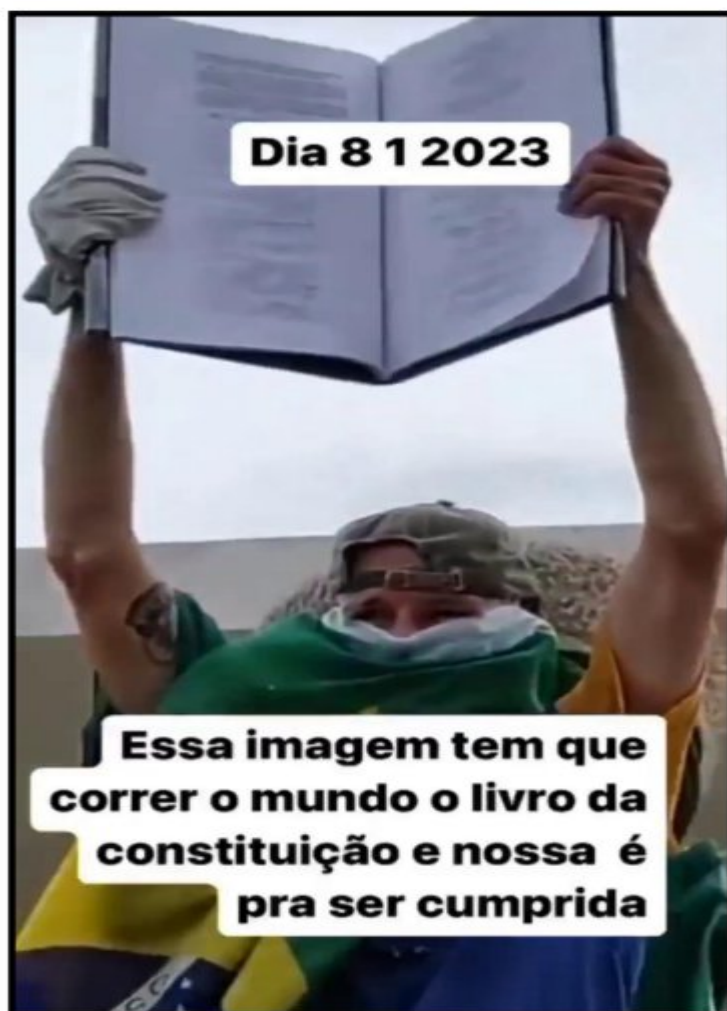
No primeiro vídeo (Anexo I), o indivíduo encontra-se na área externa, em cima da estátua que simboliza a justiça, filmado à distância, trajando calças jeans e uma camiseta azul com mangas amarelo escuro, boné verde/cinza fosco com tira marrom, virado para trás, e com uma bandeira do Brasil encobrindo a maior parte da face. Ainda usava uma luva branca apenas na mão direita, e possui uma tatuagem encobrindo boa parte do bíceps direito.

No segundo vídeo, provavelmente anterior ao primeiro cronologicamente, pois que o local parece ser o saguão de saída do Tribunal para a área externa da praça, o mesmo indivíduo

AP 2330 / DF

exibe o exemplar fechado com as duas mãos, usando a mesma luva e com a mesma tatuagem, desta vez mostrados no lado oposto da imagem, devido à filmagem estar sendo feita por um segundo indivíduo em modo selfie sem a correção da inversão da imagem por espelhamento.”

A conduta do réu é corroborada por vídeos amplamente divulgados em redes sociais e que foram gravados no interior da SUPREMA CORTE, em verdadeiro ataque ao patrimônio material e imaterial da história da República brasileira:



<https://www.youtube.com/watch?v=KHWb2Sau2hM> (Anexo I)

AP 2330 / DF

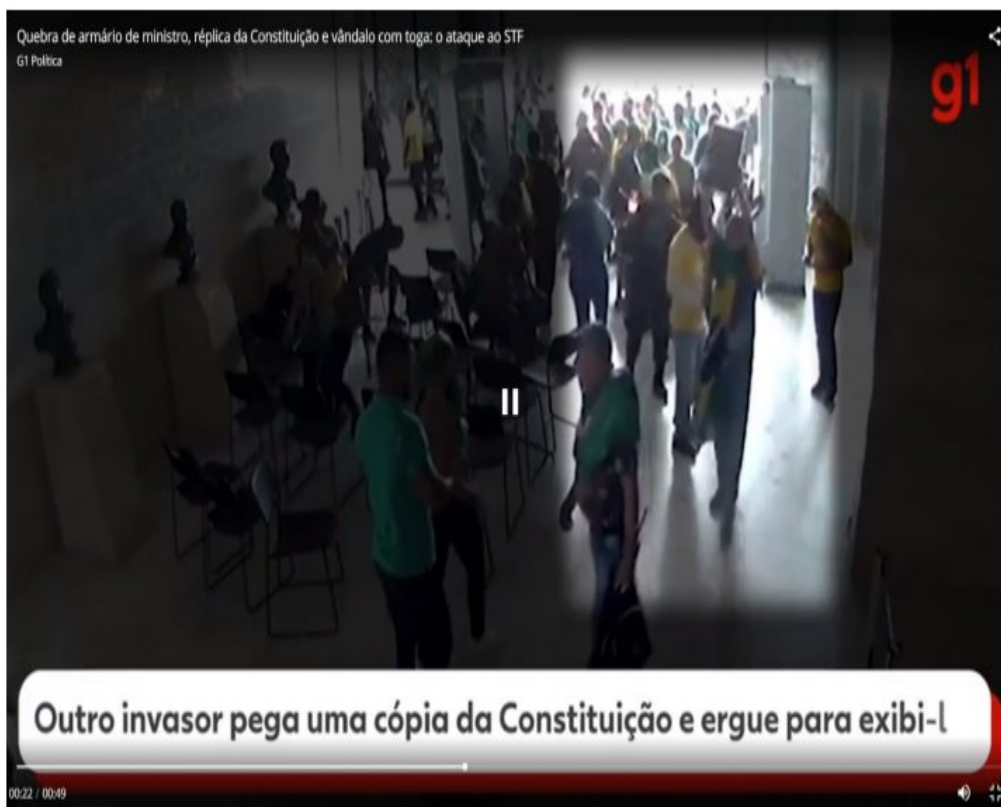


Video - Anexo II



AP 2330 / DF

Em vídeo veiculado no Portal de Notícias G1, há registro que demonstra o réu junto a outros indivíduos no interior do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:



Em outro vídeo veiculado no Youtube, o réu se encontra em cima da escultura "A Justiça", na Praça dos Três Poderes:

AP 2330 / DF



(<https://www.youtube.com/watch?v=KHWb2Sau2hM>)

Como se vê, o ingresso ilícito no SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

AP 2330 / DF

foi registrado e amplamente reproduzido nas redes sociais e em fontes abertas.

Ao ser interrogado em juízo, **MARCELO FERNANDES LIMA** alegou que: *veio para Brasília/DF de ônibus organizado por um grupo que se concentrava na frente do Tiro de Guerra de São Lourenço/MG, local que costumava frequentar; não sabe quem pagou o ônibus, mas que foi sem ônus; foi direto para o Quartel-General do Exército em Brasília/DF, onde tinha alimento de graça; foi incentivado pelas postagens do ex-Presidente e de seu partido pelo não reconhecimento da derrota nas urnas; quando se dirigiu à praça dos Três Poderes, junto com os demais manifestantes, passou por revista policial; ingressou no Supremo Tribunal Federal, mas afirma que não danificou nada no interior da repartição pública; alega que um manifestante que estava no interior do prédio público quebrou o vidro de proteção de uma réplica da Constituição da República Federativa do Brasil, elaborada pelos constituintes de 1988 e, na ocasião, o interrogando subtraiu para si a réplica da Constituição para que ela não fosse danificada, porém se arrepende de ostentar a Carta em frente à Suprema Corte para os outros manifestantes. Depois de 48h, crendo que não haveria mais situação de flagrante, compareceu à Delegacia da Polícia Federal em Varginha/MG e entregou o exemplar; quando ingressou no Supremo Tribunal Federal buscava obter o código fonte das urnas eletrônicas, naquela oportunidade acreditava que o Exército Brasileiro fosse intervir a favor dos manifestantes visto que por 2 (dois) meses as pessoas ficaram concentradas na frente dos Quartéis do Exército no Brasil inteiro sem qualquer interferência, então acreditou que, a partir do ato do 8 de janeiro de 2023, o Exército Brasileiro fosse fornecer o código fonte e rever as eleições presidenciais.*

Destaca-se, portanto, que além de em seu interrogatório policial e judicial o réu admitir a invasão dos prédios na Praça dos Três Poderes, no SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, da passagem pelo QGEx, e os vídeos publicados, que o réu estava plenamente alinhado aos propósitos golpistas da horda.

O conjunto probatório acostado aos autos corrobora que, na linha do que narrou perante a autoridade policial em no interrogatório judicial, o

AP 2330 / DF

acusado estava na Capital Federal no dia 8/1/2023 para participar de manifestação de apoio a uma intervenção militar.

Para tanto, esteve no QGEx de Brasília entre os dias 7 e 8 de janeiro de 2023, aderiu ao grupo que se dirigiu à Praça dos Três Poderes, chegando a invadir, em contexto de violência o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, e no intento criminoso, circulou por dentro do prédio, mesmo sem ter havido autorização para que a horda que integrava ali estivesse, retirou um exemplar da Constituição Federal de 1988 das dependências da SUPREMA CORTE, erguia o exemplar subtraído *“orgulhoso de si e dos atos de destruição que promovia em coautoria com os demais executores”*, como aponta o Ministério Público.

O robusto conjunto probatório trazido aos autos assegura que **MARCELO FERNANDES LIMA** incorreu nas figuras típicas a ele imputadas na denúncia.

Está comprovado, pelo teor do seu interrogatório policial e judicial, pelas provas juntadas aos autos, pelo Relatório de Informação de Polícia Judiciária nº 16/2023, pelas conclusões do Interventor Federal, e outros elementos informativos, que **MARCELO FERNANDES LIMA** buscava, em claro atentado à Democracia e ao Estado de Direito, a realização de um golpe de Estado com decretação de *“INTERVENÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS”* e, como participante e integrante da caravanas que estavam no acampamento do QGEx naquele fim de semana e invasor de prédios públicos na Praça dos Três Poderes, com emprego de violência ou grave ameaça, tentou abolir o Estado Democrático de Direito, visando o impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais, tudo para depor o governo legitimamente eleito, com uso de violência e por meio da depredação do patrimônio público e ocupação dos edifícios-sede do Três Poderes da República.

AP 2330 / DF

4. ABOLIÇÃO VIOLENTA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO (ART.359-L DO CÓDIGO PENAL).

Dispõe a norma penal:

Abolição violenta do Estado Democrático de Direito

Art. 359-L. Tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência.

Constou das alegações finais apresentadas pela Procuradoria-Geral da República:

“O bem jurídico tutelado pelos tipos penais acima transcritos e o próprio Estado Democrático de Direito atingido pelas condutas descritas, podendo ter como sujeito ativo qualquer pessoa (crimes comuns). O bem jurídico tutelado, portanto, e da maior envergadura, tendo assento constitucional.

A Constituição Federal de 1988 anuncia, em seu artigo primeiro, que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito, fundado na soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e no pluralismo político.

De se mencionar, ainda, que são crimes de atentado ou de empreendimento, porquanto se consumam com a simples tentativa. A razão é óbvia, já que o objetivo dos dois tipos penais é coibir a ruptura democrática e garantir a perenidade do Estado Democrático de Direito.

Pois bem. O conjunto probatório coligido aos autos não deixa dúvidas quanto a materialidade dos crimes em análise.

Com efeito, no dia 8 de janeiro de 2023, uma turba

AP 2330 / DF

violenta, da qual fazia parte o denunciado, iniciou marcha rumo a Praça dos Três Poderes, na Capital Federal e, com emprego de violência, invadiu os edifícios-sedes dos tres Poderes.

O objetivo declarado dos criminosos (especial fim de agir) era a abolição do Estado Democrático de Direito e a deposição do governo legitimamente constituído. O propósito era anunciado nas emulações promovidas pela massa golpista, seja em momentos anteriores, notadamente quando amotinados no acampamento erguido em frente ao Quartel Geral do Exército, seja durante a execução dos crimes.

Conforme já mencionado, relatórios de inteligência indicavam que “CACs” estavam sendo convocados para “sitiar Brasília”, especificamente no dia 8 de janeiro de 2023, e que havia uma mobilização pela presença de “adultos em boa condição física”. Os atos de convocação vedavam a “participação de crianças e daqueles que apresentam dificuldade de locomoção” (Relatório de Inteligência n. 06/2023/30/SI/SSP/DF, do dia 6 de janeiro de 2023 – anexo 11 do Relatório de Intervenção Federal).

Ainda antes do dia 8 de janeiro, no acampamento, já se vislumbrava o proposito que unia os autores. O teor golpista variava entre ataques antidemocráticos as instituições constituídas, em especial ao Poder Judiciário – com pedidos de fechamento do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral -, e a conclamação das Forças Armadas para que promovessem uma intervenção militar, com a deposição do Governo legitimamente constituído.

Além disso, o fluxo de mensagens e materiais difundidos para arregimentar o grupo criminoso fazia expressa referência aos propósitos de “tomada de poder”, em uma investida que “não teria dia para acabar”:

No dia dos fatos, enquanto a horda criminosa invadia e destruía os prédios e os bens públicos, faixas eram erguidas e gritos de ordem eram entoados, ora com pedidos de

AP 2330 / DF

intervenção militar, açulando as Forças Armadas a aderir ao movimento golpista, ora repetindo que se tratava da “tomada de poder pelo povo”.

O propósito de tentar depor o governo legitimamente eleito também era externado por meio das manifestações repetidas pela turba, que proferiam palavras de ordem contra o Presidente da República eleito, afirmando que não o aceitavam como Presidente legítimo:

(...).

O emprego de violência, elementar dos tipos penais, foi o meio adotado para a tentativa de golpe de Estado e de abolição do Estado Democrático de Direito.”

Razão assiste à Procuradoria-Geral da República. A autoria e materialidade do delito estão comprovadas nos autos, conforme se verificou no item anterior.

A previsão constitucional do Estado Democrático de Direito consagra a obrigatoriedade de o País ser regido por normas democráticas, com observância da Separação de Poderes, bem como vincula a todos, especialmente as autoridades públicas, ao absoluto respeito aos direitos e garantias fundamentais, com a finalidade de afastamento de qualquer tendência ao autoritarismo e à concentração de poder.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL não permite a propagação de ideias contrárias à ordem constitucional e ao ESTADO DEMOCRÁTICO (CF, artigos 5º, XLIV, e 34, III e IV), tampouco a realização de manifestações públicas visando à ruptura do ESTADO DE DIREITO, através da extinção das cláusulas pétreas constitucionais, dentre elas a que prevê a Separação de Poderes (CF, artigo 60, § 4º), com a consequente instalação do arbítrio.

Não é qualquer manifestação crítica que poderá ser tipificada pela presente imputação penal, pois a liberdade de expressão e o pluralismo de ideias são valores estruturantes do sistema democrático, merecendo a devida proteção. A livre discussão, a ampla participação política e o

AP 2330 / DF

princípio democrático estão interligados com a liberdade de expressão, tendo por objeto não somente a proteção de pensamentos e ideias, mas também opiniões, crenças, realização de juízo de valor e críticas a agentes públicos, no sentido de garantir a real participação dos cidadãos na vida coletiva.

Contudo, tanto são inconstitucionais as condutas e manifestações que tenham a nítida finalidade de controlar ou mesmo aniquilar a força do pensamento crítico, indispensável ao regime democrático, *quanto aquelas que pretendam destruí-lo*, juntamente com suas instituições republicanas, pregando a violência, o arbítrio, o desrespeito à Separação de Poderes e aos direitos fundamentais, em suma, pleiteando a tirania, o arbítrio, a violência e a quebra dos princípios republicanos, como se verifica pelas manifestações criminosas ora imputadas ao denunciado.

Não existirá um ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO sem que haja Poderes de Estado, independentes e harmônicos entre si, bem como previsão de Direitos Fundamentais e instrumentos que possibilitem a fiscalização e a perpetuidade desses requisitos; conseqüentemente, a conduta por parte do denunciado revela-se gravíssima e, ao menos nesta análise preliminar, corresponde aos preceitos primários estabelecidos nos indigitados artigos do nosso Código Penal.

O teor do movimento que culminou nos ataques aos edifícios-sede dos Poderes variava entre ataques antidemocráticos às instituições constituídas, em especial ao Poder Judiciário, com reiterados pedidos de fechamento do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral e a conclamação das Forças Armadas para que promovessem uma intervenção militar, e a deposição do Governo legitimamente eleito.

Trata-se do tipo penal inserido pela Lei 14.197/21 que abriu novo Título no Código Penal com vistas a proteger o bem jurídico previsto no artigo vestibular da Constituição e objeto de mandado de criminalização previsto no seu art. 5º, XLIV. Isso porque os Crimes contra o Estado Democrático de Direito trazem uma noção de proteção de bem jurídico fundamental e não simplesmente a tutela da segurança nacional.

AP 2330 / DF

O tipo penal consagra um instrumento protetivo do Estado Democrático de Direito como ensina GUILHERME DE SOUZA NUCCI:

“(...) o Estado Democrático de Direito precisa contar com instrumentos legais para combater atividades ilegais, que considerem meios alternativos e violentos para chegar ao poder. Por isso, para assegurar a soberania, o poder nas mãos do povo, exercido pelo pluralismo político, além de garantir a defesa da paz, repudiando atos de grupos armados avessos à democracia”. (Código Penal Comentado, 23^a Ed., Rio de Janeiro: Forense, 2023, p. 1503).

Trata-se, portanto, de crime comum e necessário a preservação do Estado Democrático de Direito e de suas Instituições previstas na Constituição Federal.

Destaca GUSTAVO PAMPLONA, na linha de filosofia de Hannah Arendt que:

“manifestar resistência contra intimidações à manifestação na esfera pública é um ato pró-democracia (...) Os governantes não-democráticos, no anseio de sufocar a manifestação de homens livres (persona) e o poder advindo das ruas (espaço público), utilizam a força legal, isto é, estrategicamente, criminalizam impropriamente o agir democrático ou, pelo menos, tratam como delinquente quem se dedica a esse agir. Noutras palavras, nos regimes ditatoriais há a criminalização da oposição, da diversidade política, do sindicalismo, da mobilização social, ou seja, os governos não-legítimos tentam transformar a liberdade – uma das dimensões da democracia – em crime.” (Crime político no Estado Democrático de Direito: o nocrima partir de Hannah Arendt. MPMG Jurídico: Revista da Procuradoria-Geral da República de Minas Gerais, n. 18. v 4., p 22-27, 2009).

O tipo descrito é *“tentar, com emprego de violência ou grave ameaça,*

AP 2330 / DF

abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais". Abre, portanto, o capítulo sobre os Crimes contra as Instituições Democráticas (que é integrado, igualmente, pelo crime de golpe de estado). Observo, ainda, pela forma de execução, decorrente do seu cometimento em grupo, incidir o disposto no art. 5, XLIV da Constituição: *constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.*

A cronologia dos fatos é narrada pela acusação, destacando-se que às 14h25 ocorreu o rompimento da linha de revista disposta nas proximidades da Catedral, permitindo-se a passagem dos manifestantes sem a realização de revista ou inspeção e que, aproximadamente às 14h45, a multidão começa a chegar em frente ao Congresso Nacional.

Foi registrado movimento coordenado de rompimento da barreira de contenção policial e as subsequentes invasões às instalações dos prédios públicos. Por volta das 15h ocorreu a invasão da parte interna do Congresso Nacional, enquanto outro grupo, às 15h10, invadiu o estacionamento e a parte de trás do Palácio do Planalto, subindo a rampa às 15h20. Já às 15h35 cerca de 300 criminosos romperam parte da estrutura de segurança do Supremo Tribunal Federal, ocorrendo depredações e a invasão do edifício-sede.

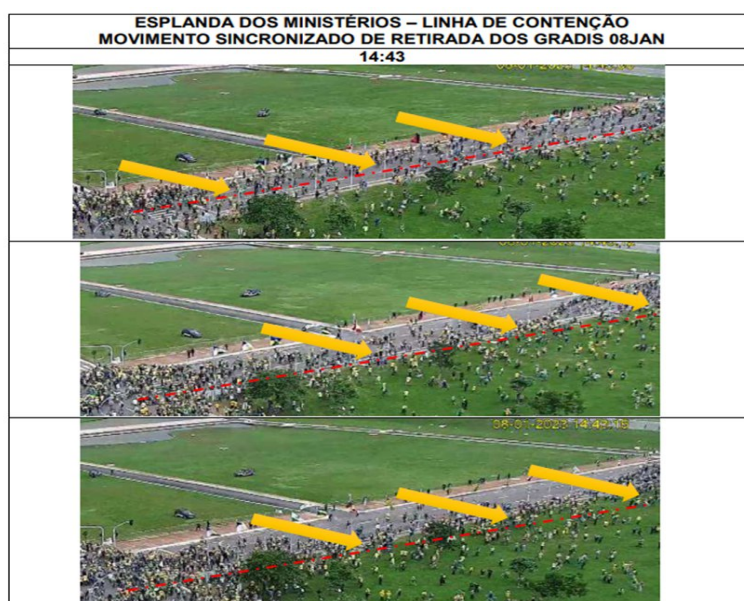
Novamente retomo o Relatório de Intervenção Federal (f. 28-29), que destaca a aglomeração de manifestantes e o emprego de violência para a consecução de seus objetivos:

AP 2330 / DF



Não merece acolhimento, portanto, a alegação de manifestação ordeira e pacífica. Fica claro, no Relatório de Intervenção Federal (f. 45 e 46), o momento em que se iniciou o confronto com as forças de segurança, rompendo-se a linha de contenção por meio de movimento sincronizado e premeditado.

A hora registrada foi 14h43 da tarde de domingo do dia 8/1/2023.



AP 2330 / DF

Cabe lembrar que o acesso à Praça do Três Poderes e aos edifícios-sede não estava liberado aos manifestantes, que somente lá chegaram por meio de rompimento das barreiras fixadas e pelo enfrentamento com as forças de segurança, em especial a Polícia Militar do Distrito Federal.



Logo em seguida teve início um confronto violentíssimo, tendo sido os espaços públicos somente retomados já na noite de domingo do dia 8/1/2023.

Retrato, novamente, o circunstanciado no Relatório de Intervenção Federal (f. 46-50):

AP 2330 / DF

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - PRAÇA DOS TRÊS PODERES
RETOMADA DAS INSTALAÇÕES
08JAN



AP 2330 / DF

**ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - PRAÇA DOS TRÊS PODERES
RETOMADA DAS INSTALAÇÕES
08JAN**



AP 2330 / DF



AP 2330 / DF



Mais estarrecedora é a quantidade de vídeos e imagens postadas em redes sociais por inúmeros criminosos que se vangloriavam deste enfrentamento e reiteravam a necessidade de golpe de Estado com a intervenção militar e a derrubada do governo democraticamente eleito, tendo isto chegado diuturnamente ao conhecimento desta Corte em inúmeras representações da Polícia Federal.

Os interrogatórios, bem como os elementos de informação juntados pela Polícia Federal – já detalhados em item anterior - confirmam a prática do delito imputado pela Procuradoria-Geral da República.

Conforme já assentado, o robusto conjunto probatório corrobora as

AP 2330 / DF

circunstâncias em que se desenrolou a invasão ao Supremo Tribunal Federal por grupo que procedeu com violência contra as forças policiais (arremessando objetos como pedras, pontaletes, extintores, bolas de gude), de maneira orquestrada (havia organização e divisão de tarefas) e impulsionado, essencialmente, pela atuação em desfavor do governo eleito e pelo clamor por uma intervenção militar.

A partir do panorama delineado comprova-se a entrada de horda num prédio onde havia bloqueios, em dinâmica de vandalismo e violência, com ações organizadas que se estenderam para além do simples ingresso no edifício, e que não recuou, mesmo diante de ordens de desocupação, tudo no intuito de alcançar uma ruptura institucional.

Nesse sentido, constam dos autos elementos sinalizadores da adesão do réu ao intento criminoso que se desenhava desde o mês de novembro de 2022, culminando na sua participação ativa durante a invasão da Praça dos Três Poderes e prédios públicos nela situados.

O robusto conjunto probatório trazido aos autos assegura que **MARCELO FERNANDES LIMA** incorreu na figura típica prevista no art. 359-L, do Código Penal.

Está comprovado, pelo teor dos seus interrogatórios, pelo depoimento da testemunha arrolada pela Procuradoria-Geral da República, pelo Relatório de Informação de Polícia Judiciária nº 16/2023, pelas conclusões do Interventor Federal, e outros elementos informativos, que **MARCELO FERNANDES LIMA** integrava grupo que buscava, em claro atentado à Democracia e ao Estado de Direito, a realização de um golpe de Estado com decretação de “INTERVENÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS” e, como participante e integrante da caravanas que estavam no acampamento do QGEx naquele fim de semana e invasor de prédios públicos na Praça dos Três Poderes, com emprego de violência ou grave ameaça, tentou abolir o Estado Democrático de Direito, visando o impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais, tudo para depor o governo legitimamente eleito, com uso de violência e por meio da depredação do patrimônio público e ocupação dos edifícios-sede

AP 2330 / DF

do Três Poderes da República.

Diante de todo o exposto, CONDENO o réu MARCELO FERNANDES LIMA pela prática do crime previsto no Art. 359-L do Código Penal.

5. GOLPE DE ESTADO (ART. 359-M DO CÓDIGO PENAL).

Dispõe a norma penal:

Golpe de Estado

Art. 359-M. Tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, além da pena correspondente à violência.

A Procuradoria-Geral da República narra que, além da abolição violenta do Estado Democrático de Direito, os manifestantes pretendiam a deposição, por meio da violência ou grave ameaça, do governo legitimamente constituído.

Isso porque do fluxo de mensagens e materiais difundidos das redes sociais fica claro que a intenção não era apenas impedir o exercício dos Poderes constituídos, mas a “tomada de poder”, em uma investida que “não teria dia para acabar”:



Os extremistas buscavam gerar o caos para obrigar as Forças Armadas, ante a interpretação deturpada do art. 142 da Constituição e do Decreto 3.897/2001, na edição de decreto para a garantia da lei e da ordem, com a assunção das funções dos Poderes constituídos.

Portanto, o insuflamento visava tanto à abolição violenta do Estado Democrático de Direito, quanto à deposição de governo legitimamente eleito, ou golpe de Estado, fato que denota desígnio criminoso autônomo na mesma empreitada criminosas.

Quanto à utilização de violência e grave ameaça para a consecução de seus objetivos, a questão já foi reiteradamente exposta no presente voto.

AP 2330 / DF

Ressalto, a fim de evitar repetições, que o Relatório de Intervenção Federal (f. 28-29) destaca a aglomeração de manifestantes com o emprego de violência contra as forças de segurança:



A violência da manifestação também foi destaque na imprensa nacional e internacional:



(<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2023-01-17/violentamente-agredidos-pms-feridos-ataque-df.html>)

AP 2330 / DF



(<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/video-policial-da-cavalaria-e-agredido-por-bolsonaristas-no-df.ghtml>)

Não merece acolhimento, portanto, a alegação de manifestação pacífica apresentada pela Defesa, tendo sido registrado intenso confronto até a efetiva retomada dos prédios públicos que foram invadidos e depredados.

Com razão a Procuradoria-Geral da República, pois os interrogatórios do réu, o Relatório de Informação de Polícia Judiciária nº 16/2023, as conclusões do Interventor Federal, e outros elementos informativos, **confirmam a prática do delito previsto no artigo 359-M imputado pela Procuradoria-Geral da República ao réu MARCELO FERNANDES LIMA.**

Rememoro que o robusto conjunto probatório corrobora as circunstâncias em que se desenrolou a invasão ao Supremo Tribunal Federal por grupo que procedeu com violência contra as forças policiais, rompendo as barreiras fixas e as linhas de defesa das forças de choque para, com emprego de violência e ameaça, conseguir acesso ao Plenário do Supremo Tribunal Federal, bem com a diversas salas restritas do prédio. Atiraram pedras nas tropas de segurança e o acesso foi realizado

AP 2330 / DF

através das vidraças que foram rompidas com uso de barra de ferro e as pedras. Em seguida, houve muito prejuízo ao patrimônio público com a invasão: computadores, televisão e outros equipamentos eletrônicos quebrados, além dos vidros do Supremo Tribunal Federal, obras de arte e documentos, togas retiradas dos armários, tudo impulsionado, essencialmente, pela atuação em detrimento do governo eleito e pelo clamor por uma intervenção militar.

O detalhamento consignado no item anterior aproveita integralmente ao presente exame, inclusive em vista da circunstância de que os fatos se desenrolam em contexto de mesma empreitada delitiva, ainda que impelidos por desígnio criminoso autônomo, com resultados distintos, nos termos da parte final do art. 70 do Código Penal.

Nesse sentido, o conjunto probatório indica que a horda criminosa anunciava o intento de deposição do governo eleito recém-empossado, expondo falas pejorativas quanto ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e externando irresignação quanto ao resultado das Eleições de 2022, além de pleitear a retirada de Ministros do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Também foi reportado o lastro de destruição operado nas áreas do Plenário, salas da Presidência e demais áreas restritas do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, após a entrada dos invasores que contornaram a contenção, e procedimentos que denotavam organização do grupo.

A partir do panorama delineado, comprova-se a entrada de horda num prédio onde havia bloqueios, em dinâmica de vandalismo e violência, com ações organizadas que se estenderam para além do simples ingresso no edifício, e que não recuou, mesmo diante de ordens de desocupação.

Está comprovado, pelo teor do seu interrogatório policial e judicial, pelas provas juntadas aos autos, pelo Relatório de Informação de Polícia Judiciária nº 16/2023, pelas conclusões do Interventor Federal, e outros elementos informativos, que **MARCELO FERNANDES LIMA** integrava grupo que buscava, em claro atentado à Democracia e ao Estado de Direito, a realização de um golpe de Estado com decretação de

AP 2330 / DF

“INTERVENÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS” e, como participante e integrante da horda naquele fim de semana, invadiu prédios públicos na Praça dos Três Poderes, com emprego de violência ou grave ameaça, tentou impedir o exercício dos poderes constitucionais, tudo para depor o governo legitimamente eleito, com uso de violência e por meio da depredação do patrimônio público e ocupação dos edifícios-sede do Três Poderes da República.

Diante de todo o exposto, CONDENO o réu MARCELO FERNANDES LIMA pela prática do crime previsto no Art. 359-M do Código Penal.

6. DANO QUALIFICADO PELA VIOLÊNCIA E GRAVE AMEAÇA, COM EMPREGO DE SUBSTÂNCIA INFLAMÁVEL, CONTRA O PATRIMÔNIO DA UNIÃO E COM CONSIDERÁVEL PREJUÍZO PARA A VÍTIMA (ART. 163, PARÁGRAFO ÚNICO, I, II, III e IV, DO CÓDIGO PENAL).

Dispõe a norma penal:

Dano

Art. 163 - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Dano qualificado

Parágrafo único - Se o crime é cometido:

- com violência à pessoa ou grave ameaça;
- com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave;
- contra o patrimônio da União, de Estado, do Distrito Federal, de Município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa

AP 2330 / DF

concessionária de serviços públicos;

- por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima:

Pena - detenção, de seis meses a três anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

A Procuradoria-Geral da República afirma que crimes praticados levaram a destruição, inutilização e deterioração do Patrimônio Público, com emprego de violência à pessoa e grave ameaça, com utilização de substância inflamável, causando prejuízo considerável à vítima (patrimônio da União).

A violência à pessoa ou grave ameaça teria sido dirigida às tropas e forças de segurança pública, bem como a utilização de substância inflamável ou explosiva foi constatada em relatório preliminar do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.





A materialidade do delito está comprovada nos autos, tanto na Nota Técnica 1/2023-ATDGER (relatório de danos ao patrimônio do Senado Federal), quanto no Relatório Preliminar de Vistoria do IPHAN, que denotam prejuízos estimados em mais de R\$ 20 milhões de reais.

Nesse sentido, manifestou-se a Procuradoria-Geral da República:




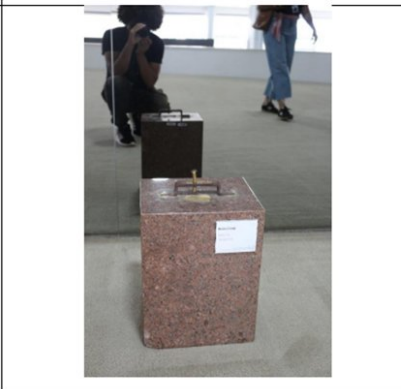
“O prejuízo material estimado até o momento, sem contar os danos incalculáveis a bens da União, foi de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) no Senado Federal e R\$ 1.102.058,18 (um milhão, cento e dois mil, cinquenta e oito reais e dezoito centavos) na Câmara dos Deputados; no Palácio do Planalto, os danos ultrapassam o valor de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) apenas com obras de arte; no Supremo Tribunal Federal, os danos foram calculados em R\$ 11.413.654,84 (onze milhões, quatrocentos e treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos).”

AP 2330 / DF

A estrutura dos prédios públicos e o patrimônio cultural foram depredados. Ainda que seja de pleno conhecimento desta CORTE, sendo, provavelmente, a parte mais visível dos fatos ocorridos no dia 08/01/2023, trago apenas algumas das inúmeras imagens do Relatório Preliminar de Vistoria do IPHAN (f. 18-50):




	
<p>Poltrona danificada por fogo, localizada na sala do GSI, no primeiro pavimento.</p>	<p>Manchas de fogo no piso de pedra portuguesa</p>
	
<p>Mobiliário danificado</p>	<p>Painel de Burle Marx, sem danos aparentes</p>

AP 2330 / DF

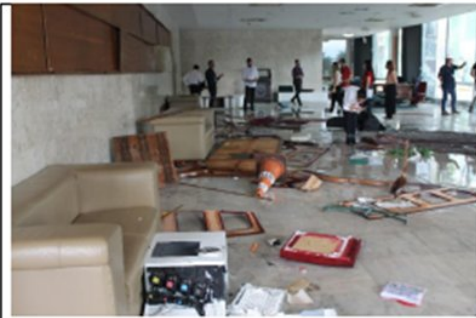
	
<p>Pintura <i>As mulatas</i>, de Emiliano Di Cavalcanti;</p>	<p>Perfurações em obra de Di Cavalcanti</p>
	
<p>Escultura em bronze <i>O flautista</i>, de Bruno Giorgi, fragmentada (fotografia cedida pela Coordenação de Preservação de Bens Históricos e Artísticos da Presidência da República)</p>	<p>Suporte da escultura em bronze <i>O flautista</i>, de Bruno Giorgi. As peças foram recolhidas e catalogadas</p>

	
<p>Relógio de Balthazar Martinot vandalizado (as peças internas foram recolhidas e catalogadas para futuro restauro)</p>	<p>Relógio de Balthazar Martinot, com fragmentos separados do suporte (fotografia cedida pela Coordenação de Preservação de Bens Históricos e Artísticos da Presidência da República)</p>

AP 2330 / DF

	
<p>Piso de mármore manchado</p>	<p>Obra de arte integrada, <i>A Justiça</i>, pichada</p>
	
<p>Obra de arte depredada</p>	<p>Fragmentos de mobiliários depredados</p>
	
<p>Mobiliário depredado e piso manchado</p>	<p>Mobiliário histórico perfurado e riscado</p>

AP 2330 / DF



Piso alagado e mobiliário destruído



Acesso ao plenário com painéis de vidro quebrados, carpete encharcado e manchado, luminárias e mobiliário danificados



Plenário com mobiliário fixo arrancado



Plenário com mobiliário destruído




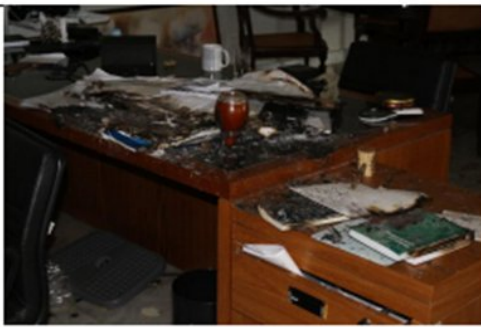

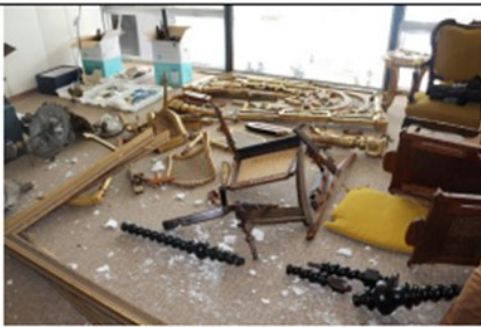


Plenário com mobiliário depredado






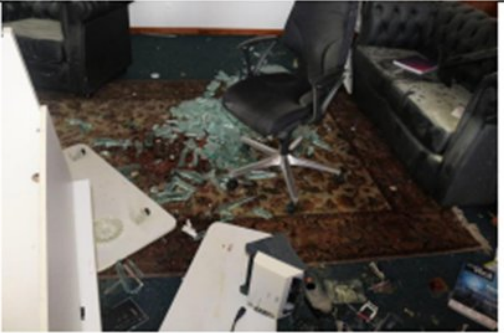


Bancadas em mármore quebradas

AP 2330 / DF

	
<p>Plenário com carpete encharcado e manchas</p>	<p>Mobiliário histórico e depredado</p>
	
<p>Parede parcialmente demolida</p>	<p>Princípio de incêndio em mobiliário</p>
	
<p>Salão Nobre com painéis de vidro da fachada vandalizados</p>	<p>Salão Nobre com mobiliário histórico destruído</p>

AP 2330 / DF

	
Salão Nobre com tecido dos painéis perfurados e rasgados	Salão Nobre com obras de arte destruídas
	
Salão Nobre com carpete manchado e encharcado	Salão Nobre com forro depredado
	
Ambientes recobertos com pó químico	Vidros quebrados, tapetes e carpetes encharcados

AP 2330 / DF

	
<p>Portas arrombadas e depredadas</p>	<p>Pontos de fogo atingindo revestimentos</p>
	
<p>Mobília com estofado queimado, que teria sido arremessado para fora da edificação</p>	<p>Mobília com estofado queimado, que teria sido arremessado para fora da edificação</p>

AP 2330 / DF

	
<p>Tapeçaria encharcada, no primeiro pavimento.</p>	<p>Mobiliário com resquícios de particulados químicos</p>
	
<p>Mobiliário com resquícios da utilização de extintores de incêndio</p>	<p>Mobiliário com resquícios da utilização de extintores de incêndio</p>

AP 2330 / DF

	
Mobiliário com resquílios da utilização de extintores de incêndio	Mesa danificada por impacto e com arranhões
	
Bustos do térreo espalhados e bases quebradas	Mesa com tampo deslocado

As quatro qualificadoras do parágrafo único do art. 163 do Código Penal incidem na conduta do réu.

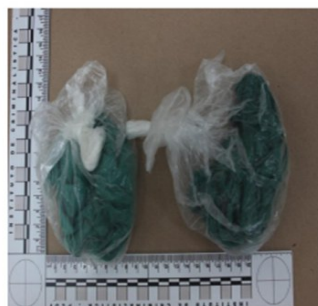
As provas dos autos, já analisadas nos itens anteriores, demonstram que o meio de execução dos crimes se deu com o emprego de violência e grave ameaça.

O emprego de substância inflamável igualmente esteve presente, tendo em vista que diversos itens do mobiliário e da tapeçaria do edifício-sede do Supremo Tribunal Federal foram danificados por fogo, tendo sido necessária a utilização, inclusive, de extintores de incêndio.

Também comprova a qualificadora o material apreendido com ANTÔNIO GEOVANE SOUSA DE SOUSA, relacionado no Auto de

AP 2330 / DF

Apresentação e Apreensão n. 18/2023, em que foram identificados em sua posse 02 (dois) estilingues, 13(treze) bombas ou bombinhas prensadas da marca Globo sem outras características aparentes, 01 (um) aparelho metálico tipo maçarico marca “Óper”, 02 (dois) frascos de 500 ml cheios contendo líquido amarelado com odor de gasolina, 02 (dois), frascos de 500 ml contendo líquido esbranquiçado com odor de gasolina, 01 (um) frasco metálico cheio contendo gás butano/propano, marca Kala, 410 ml, 01(uma) garrafinha de vidro contendo líquido amarelo marca Jack Daniel’s, mochila com diversas roupas usadas, 04 (quatro) cigarros eletrônicos marca Nikbar, isqueiros diversos, caixa contendo cigarros marca Jack Paiol’s, 03 (três) máscaras do tipo balaclava cor preta, caixas de fósforos, pochete contendo diversos objetos de higiene pessoal, máscaras descartáveis lacradas, pacote de fumo, faca com cabo de plástico marca Tramontina, 02 (duas) sacolas plásticas transparentes contendo pano verde embebido em líquido não identificado de forte odor, 01 (um) tubo plástico com líquido semelhante a cola:



Relativamente à qualificadora da prática de dano contra o patrimônio público, novamente o Relatório Preliminar de Vistoria do

AP 2330 / DF

IPHAN traz a informação de que houve danos consideráveis e vultuosos no interior, exterior e patrimônio cultural dos Palácios do Planalto, do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, na Praça dos Três Poderes, no Museu da Cidade e no Espaço Lucio Costa, prejuízos estes que, somados, estão estimados em mais R\$ 20 milhões de reais, dos quais, mais da metade, ou seja, mais de R\$ 11 milhões, correspondem somente aos danos aos prédios do Supremo Tribunal Federal.

Nesta linha, incide a quarta qualificadora, não se podendo desconsiderar que, inclusive, houve dano a peças que integram o patrimônio artístico e cultural brasileiro, de valor histórico e inestimável, conforme será analisado no próximo item.

Conforme já salientando em item anterior, a invasão aos prédios públicos se deu em contexto de crime multitudinário, ou de multidão delinquente, sendo dispensável, portanto, a identificação de quem tenha efetivamente causado os inúmeros danos acima exemplificados e descritos nos relatórios constantes dos autos, e evidenciando-se que os líderes e responsáveis efetivos deverão responder de forma mais gravosa, nos termos da legislação penal.

O réu **MARCELO FERNANDES LIMA** invadiu o prédio do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, mesmo com todo cenário de deprecação que se encontrava o prédio público.

Cabe rememorar que, conforme já assentado em Relatório, o robusto conjunto probatório corrobora as circunstâncias em que se desenrolou a invasão ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL por grupo que procedeu com violência contra as forças policiais, rompendo as barreiras fixas e as linhas de defesa das forças de choque para, com emprego de violência e ameaça, conseguir acesso ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Atiraram pedras nas tropas de segurança e o acesso foi realizado através das vidraças que foram rompidas com uso de barra de ferro e as pedras. Em seguida, houve muito prejuízo ao patrimônio público com a invasão: computadores, televisão e outros equipamentos eletrônicos quebrados,

AP 2330 / DF

além dos vidros do Supremo Tribunal Federal, obras de arte e documentos, cadeiras dos Ministros e tapeçaria, tudo impulsionado, essencialmente, pela atuação em detrimento do governo eleito e pelo clamor por uma intervenção militar.

Também foi reportada extensa destruição operada nas áreas internas como Plenário, salas da Presidência e outras áreas restritas, após a entrada dos invasores que contornaram a contenção, com procedimentos que denotavam organização do grupo.

A partir do panorama delineado, comprova-se a entrada de horda num prédio onde havia bloqueios, em dinâmica de vandalismo e violência, com ações organizadas que se estenderam para além do simples ingresso no edifício, e que não recuou, mesmo diante de ordens de desocupação.

Cabe destacar que o conjunto probatório demonstra a lamentável destruição deixada pelos invasores durante a circulação dentro do Supremo Tribunal Federal.

Diante de todo o exposto, CONDENO o réu MARCELO FERNANDES LIMA pela prática do crime previsto no art. 163, parágrafo único, I, II, III, IV, do Código Penal.

7. DETERIORAÇÃO DE PATRIMÔNIO TOMBADO (ART. 62, I, DA LEI 9.605/98).

Dispõe a norma penal:

Lei n. 9.605/1998

Art. 62. Destruir, inutilizar ou deteriorar:

I- bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial;

Pena – reclusão, de um a três anos, e multa.

AP 2330 / DF

Verifica-se, do tipo penal, que o bem jurídico tutelado é o Patrimônio Cultural, não se confundindo com o patrimônio corpóreo, como objeto material. Esta constatação tem cabimento já que está inserido na Seção IV da Lei de Crimes Ambientais, que trata da “Dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o patrimônio cultural”, e tutela a proteção do bem jurídico previsto no art. 216, IV e V da Constituição Federal.

Os edifícios-sede dos poderes e o conjunto urbanístico da Praça dos Três Poderes são bem protegidos pela UNESCO (Lista do patrimônio Mundial - Inscrição nº 445 de 1987); pelo Governo do Distrito Federal (Decreto nº 10.829 de 1987 - Tombamento Distrital); pelo IPHAN (Portaria nº 314 de 1992 - Tombamento Federal). Além disso, as edificações são representativas da obra de Oscar Niemeyer em Brasília, sendo protegidas pelo Processo de Tombamento nº 1550-T-07, empreendido pelo IPHAN.

A materialidade do delito está comprovada, tendo em vista que patrimônio depredado integra o patrimônio cultural da União, sendo especialmente protegido por lei, e integrando o conjunto urbanístico de Brasília.

Relativamente à autoria, novamente reiteram-se as ponderações específicas sobre o contexto de crimes multitudinários, aqui também observado. Rememoro que, assim como no crime analisado no tópico anterior, constata-se que a invasão aos prédios públicos se deu justamente neste contexto multitudinário, ou de multidão delinquente, sendo dispensável, portanto, a identificação de quem tenha efetivamente causado os inúmeros danos acima exemplificados e descritos nos relatórios constantes dos autos, e evidenciando-se que os líderes e responsáveis efetivos deverão responder de forma mais gravosa, nos termos da legislação penal.

Diante de todo o exposto, CONDENO o réu MARCELO FERNANDES LIMA pela prática do crime previsto no Art. 62, I da Lei n. 9.605/1998.

8. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA ARMADA (ART. 288, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO PENAL).

Dispõe a norma penal em epígrafe:

Associação Criminosa

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

Parágrafo único. A pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente.

Conforme já detalhado anteriormente, a Procuradoria-Geral da República sustenta que, embora não seja possível precisar o momento exato em que houve a adesão, ou a associação, para a prática de crimes, é certo que ela se deu anteriormente ao dia 8 de janeiro de 2023.

Isso porque o acampamento montado em frente aos quartéis gerais, mais especificamente o situado em Brasília, apresentava uma complexa e engenhosa organização, demonstrando a estabilidade e a permanência da associação, pressuposto do tipo objetivo.

Alega, ainda, que o propósito criminoso era plenamente difundido e conhecido *ex ante*, tendo em vista que os manifestantes insuflavam as Forças Armadas à tomada do poder.

Portanto, a ação delituosa, da qual participou **MARCELO FERNANDES LIMA**, visava impedir de forma contínua o exercício dos Poderes Constitucionais e ocasionar a deposição do governo legitimamente constituído, com participação do Exército Brasileiro a sair às ruas para estabelecer e consolidar o regime de exceção pretendido pelos acampados, tendo como pano de fundo uma suposta fraude eleitoral e o exercício arbitrário dos Poderes Constituídos.

AP 2330 / DF

Justamente por isso houve a aglomeração de pessoas em acampamentos, não somente em Brasília, mas em todo o país, com intuito de provocar amotinamento daqueles submetidos ao regime castrense.

A materialidade e autoria do delito estão comprovadas nos autos, conforme detalhado em item anterior, pois desde a proclamação do resultado das Eleições Gerais de 2022 pelo TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, constatou-se a difusão de diversos atos antidemocráticos, com a prática de violência e grave ameaça às pessoas, como o bloqueio do tráfego em diversas rodovias do país, e o episódio ocorrido no dia 12/12/2022, data da diplomação dos eleitos perante o TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no qual manifestantes praticaram vandalismo e depredação nos arredores do edifício-sede da Polícia Federal em Brasília, tudo com o intuito de abolição do Estado Democrático de Direito, pleiteando um golpe militar e o retorno da Ditadura.

Além dos demais atos golpistas praticados e já narrados no relatório elaborado pelo Interventor Federal, RICARDO CAPPELLI (f. 17-52), designado pelo Decreto nº 11.377, de 08 de janeiro de 2023, que trouxe a informação de que o acampamento em frente ao Quartel-General do Exército (QGEx.) foi montado em 1º novembro de 2022, ou seja, no dia seguinte à divulgação dos resultados da Eleição Presidencial que, em segundo turno, se encerrou em 30/10/2022 e já em 15/11/2022 era perceptível a aglomeração em frente ao local.

Há diversos registros sobre a estrutura e a organização observadas no acampamento montado no QGEx.:

AP 2330 / DF



Na sequência, adveio escalada de atos violentos, como o bloqueio das vias públicas em Brasília em frente ao Aeroporto de Brasília e hotel onde se hospedava o Presidente eleito, no dia 12/12/2022, data da diplomação. Naquele dia, foram praticados atos de extrema violência, marcados por enfrentamento das forças de segurança pública:



No dia 24/12/2022 foi localizado artefato explosivo junto a um caminhão-tanque, tendo os autores sido identificados e presos, bem como declarado que o planejamento do crime ocorreu no acampamento do QGEx.

AP 2330 / DF



Ainda, constatou-se, em 25/12/2022, que manifestantes tentaram se aproximar da Praça dos Três Poderes e, durante abordagem policial, foram constatadas a posse de rádios de transmissão, bolas de gudes e arma branca (faca).

A logística de se manterem centenas e, por vezes, milhares, de pessoas em situação de acampamento demonstra a organização e estruturação do grupo, que precisava suprir as necessidades básicas dos seus integrantes, com água, comida e condições sanitárias.

Inúmeros relatos, principalmente dos que chegaram a Brasília nos dias 6 e 7 de Janeiro, para a manifestação golpista do dia 8, demonstram que a comida “chegava” ao acampamento:

AP 2330 / DF



Todas estas circunstâncias comprovam que os atos do dia 08/01/2023 derivaram de ajuste de vontades, com o seu direcionamento para um ápice que desbordou em enfrentamento com as forças de segurança, agressões físicas dirigidas aos policiais e atos de violência, depredação e invasão às sedes dos Três Poderes, contexto, inclusive, que se desenhava há meses.

Desse modo, resta claro o intuito dos manifestantes, com a leitura deturpada do art. 142 da Constituição, de forçar as Forças Armadas, submetidas ao Presidente da República, a ir de encontro com a sua missão constitucional, intervindo nos poderes constitucionalmente constituídos (art. 2º da Constituição).

Portanto, o insuflamento, durante meses, à abolição violenta do Estado Democrático de Direito e ao golpe de Estado, de forma constante e reiterada, com a incitação pública, pelos criminosos associados, à prática de crimes, culminou com a prática dos crimes multitudinários do dia 08/01/2023.

Quanto à causa de aumento do parágrafo único do artigo 288 do Código Penal, conforme ensina GUILHERME DE SOUZA NUCCI, deve incidir quando constatada a utilização de arma pelos integrantes da associação criminosa, não se limitando apenas à utilização de arma de fogo, mas abarcando também o conceito de arma imprópria, branca, tais como barras de ferro, paus, pedras, esferas metálicas, atiradeiras etc.

AP 2330 / DF

(Código Penal Comentado, 23ª Ed., Rio de Janeiro: Forense, 2023, p. 1229).

Não se exige, que todos os integrantes da associação criminosa estejam armados, bastando que apenas um dos integrantes se encontre nessa condição para que a imputação recaia sobre todos, desde que exista o conhecimento dessa circunstância.

Conforme trazido em alegações finais pela Procuradoria-Geral da República, a presença de indivíduos armados é comprovada até nas declarações prestadas pelas testemunhas e objetos apreendidos com os manifestantes durante a invasão aos edifícios públicos.

O Relatório preliminar elaborado pela Secretaria de Polícia do Senado Federal (Ofício nº 028/2023-SPOL) noticia que os indivíduos invasores vieram “*preparados para a prática de atos violentos, portando armas brancas (estilingues e pontas de aço, machados, facas e porretes etc.) e equipados com objetos de proteção pessoal (óculos com vedação, máscaras e coletes de EVA etc.)*”, tendo constatado, ainda, que um grupo que seguiu à frente dos manifestantes atacava com bolas de gude, pontas de aço, paus, chumbadas e diversos objetos do mobiliário contra os policiais legislativos.

AP 2330 / DF



No mesmo sentido é o relatório produzido pelo Interventor Federal. O relatório afirma que foram apreendidos instrumentos que se caracterizam como arma imprópria pela Polícia Civil do DF, responsável pelas prisões dos que invadiram o Palácio do Planalto:

AP 2330 / DF



Cabe lembrar que faca e bolinhas de gude também foram localizadas com os manifestantes abordados em 25/12/2022, na tentativa frustrada de aproximação da Praça dos Três Poderes.

No decorrer dos atos criminosos, no dia 8 de janeiro, foram utilizadas ostensivamente armas, tais como barras de ferro, pedras, esferas com atiradeiras etc., sendo indúvidoso que a utilização de tais

AP 2330 / DF

artefatos ingressou na esfera cognitiva de representação do denunciado – conhecimento da situação objetiva e compreensão do significado da conduta – que, a despeito disso, prosseguiu na empreitada criminosa executada pela associação armada.

Pois bem, conforme jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a caracterização do crime de associação criminosa prescinde de identificação dos agentes, bastando comprovação do vínculo associativo de três ou mais pessoas (RHC 176370, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, DJe de 13/10/2020).

No caso presente, a autoria delitiva também está evidenciada. Ao contrário do que sustenta a defesa, os elementos probatórios indicam que o acusado **MARCELO FERNANDES LIMA** teve envolvimento na empreitada criminosa. Ficou claro, a partir das provas produzidas e das circunstâncias acima delineadas, que se aliou subjetivamente à associação criminosa armada (consciência da colaboração e voluntária adesão), com estabilidade e permanência, objetivando a prática das figuras típicas a seguir analisadas, e culminando no ocorrido no dia 8/1/2023.

Por fim, não é demais lembrar que, por ocasião do recebimento das 1.113 (um mil cento e treze) denúncias oferecidas pela Procuradoria-Geral da República no âmbito do Inq 4.921, esta SUPREMA CORTE identificou a materialidade e indícios de autoria da prática dos crimes dos arts. 286, parágrafo único, e 288, *caput*, do Código Penal, exatamente no tocante aos criminosos que permaneciam no QGEx. de Brasília, conforme ementa que segue transcrita:

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. INQUÉRITOS DOS ATOS DO DIA 8/1/2023. DENÚNCIA APTA. OBSERVÂNCIA DOS ARTIGOS 41 E 395 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRESENÇA DE JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL. NARRATIVA CLARA E EXPRESSA QUE SE AMOLDA À DESCRIÇÃO TÍPICA DOS CRIMES MULTITUDINÁRIOS OU DE AUTORIA COLETIVA IMPUTADOS. EXISTÊNCIA DE PROVA DA

MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. DENÚNCIA RECEBIDA.

1. Competência deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para analisar o recebimento da denúncia e para processar e julgar posterior ação penal, em face de evidente conexão entre as condutas denunciadas e aquelas investigadas no âmbito mais abrangente dos procedimentos envolvendo investigados com prerrogativa de foro.

2. O Acordo de não persecução penal (ANPP) é um importante instrumento de política criminal dentro da nova realidade do sistema acusatório brasileiro, não constituindo direito subjetivo do acusado. Legalidade em seu não oferecimento pela Procuradoria-Geral da República, em razão do exercício legítimo de sua discricionariedade mitigada. Precedentes.

3. A Constituição Federal não permite a propagação de ideias contrárias à ordem constitucional e ao Estado Democrático (CF, artigos 5º, XLIV; e 34, III e IV), tampouco a realização de manifestações violentas visando ao rompimento do Estado de Direito, com a conseqüente instalação do arbítrio.

4. Denúncia apta oferecida pela Procuradoria-Geral da República Federal com exposição clara e compreensível de todos os requisitos necessários exigidos.

5. Presentes os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal e a necessária justa causa para a ação penal (CPP, art. 395, III), analisada a partir dos seus três componentes: tipicidade, punibilidade e viabilidade, de maneira a garantir a presença de um suporte probatório mínimo a indicar a legitimidade da imputação, sendo traduzida na existência, no inquérito, de elementos sérios e idôneos que demonstrem a materialidade do crime e de indícios razoáveis de autoria.

6. Acusação coerente na exposição dos fatos criminosos, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do crime e o rol das testemunhas permitindo ao acusado a compreensão da imputação e, conseqüentemente, o

AP 2330 / DF

pleno exercício do seu direito de defesa, como exigido por esta SUPREMA CORTE. Precedentes. 7. DENÚNCIA INTEGRALMENTE RECEBIDA em face de JUVENAL ALVES CORRÊA DE ALBUQUERQUE pela prática das condutas descritas nos arts. 286, parágrafo único (incitação ao crime), e 288, caput (associação criminosa), c/c. art. 69, caput (concurso material), todos do Código Penal.

Saliento, conforme voto proferido pela então Presidente da CORTE, Ministra ROSA WEBER, no julgamento do mérito da ação penal 1060 (de minha relatoria, Sessão Plenária de 13/9/2023) que:

Com efeito, sobressai do inventário probatório: (i) agrupamento humano armado, dotado de estabilidade e permanência, (ii) reunido, mediante prévio concerto engendrado nas plataformas de social media, (iii) para praticar uma série indefinida de crimes, (iv) materializados nos ataques ao patrimônio da União e a inúmeros bens tombados, bem como na tentativa de abolir o Estado Democrático de Direito – impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais – e de depor o governo legitimamente constituído, expõe a presença dos elementos que compõem a estrutura normativo-típica dos crimes (contra o patrimônio público e contra as instituições democráticas) reportados na peça acusatória.

Diante de todo o exposto, CONDENO o réu MARCELO FERNANDES LIMA pela prática do crime previsto no Art. 288, parágrafo único, do Código Penal.

Registre-se que o Plenário desta SUPREMA CORTE, em Sessões de 13 e 14 de Setembro, nos julgamentos de mérito das APs 1.060, 1.502, 1.183 (j. Plenário 13/9/2023 e 14/9/2023), 1.109, 1.413, 1.505 (j. SV 16/9/2023 a 2/10/2023), 1.116, 1.171, 1.192, 1.263, 1.498 e 1416 (j. SV 6/10/2023 a 16/10/2023), 1.065, 1.069, 1.090, 1.172, 1.091 (j. SV 17/11/2023 a 24/11/2023), de minha relatoria, reconheceu a configuração das mesmas práticas criminosas descritas nestes autos, inclusive quanto à irresignação em

AP 2330 / DF

face da proclamação do resultado das Eleições Gerais de 2022, à mobilização de grupos extremistas no intuito de atuar em detrimento dos Poderes Constituídos e do governo eleito e à escalada de violência que resultou nos atos delitivos de 8/1/2023, para ter por presente a materialidade e assentar a autoria dos réus naqueles processos, racionalidade que, por consectário, tem plena aplicabilidade ao caso presente e a outros que venham a ser apreciados dentro do contexto dos lamentáveis episódios de 8 de janeiro.

9. DISPOSITIVO

Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE A PRESENTE AÇÃO PENAL e CONDENO O RÉU MARCELO FERNANDES LIMA nas penas dos artigos:

- 359-L do Código Penal (abolição violenta do Estado Democrático de Direito);
- 359-M do Código Penal (Golpe de Estado);
- 163, parágrafo único, I, II, III e IV, do Código Penal (dano qualificado);
- 62, I, da Lei 9.605/1998 (deterioração do Patrimônio tombado);
- 288, parágrafo único do Código Penal (Associação Criminosa Armada).

10. DOSIMETRIA DA PENA.

Passo a dosar a pena a ser-lhe aplicada, de acordo com o critério trifásico descrito no art. 68 do Código Penal.

A dosimetria da pena deve levar em conta as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal em relação a cada caso concreto, de acordo com suas circunstâncias, pois encerra certa discricionariedade judicial para a sua efetivação, não havendo critérios matemáticos que

AP 2330 / DF

vinculem o número de vetores positivos ou negativos previsto no referido artigo, com bem destacado pela eminente Min. ROSA WEBER:

“A dosimetria da pena é matéria sujeita a certa discricionariedade judicial. O Código Penal não estabelece rígidos esquemas matemáticos ou regras absolutamente objetivas para a fixação da pena” (HC 132.475 AgR/SP, Primeira Turma, Rel. Min. ROSA WEBER, DJe de 23/8/2016).

A identificação de circunstância desfavorável ao réu, a depender de sua gravidade, pode ensejar um acréscimo mais intenso na pena do que a presença, em outro contexto, de duas ou mais vetoriais negativas, que, no entanto, inspiram, em seu conjunto, menor grau de censurabilidade. Nesse sentido, o Min. EDSON FACHIN, em voto proferido na AP 863/SP, julgada pela Primeira Turma em 23/5/2017, assinalou que:

“(...) a jurisprudência desta Suprema Corte não agasalha posicionamentos voltados a identificar relação matemática entre o número de vetoriais negativas do art. 59 do Código Penal e um percentual de aumento a ser aplicado sobre o mínimo da pena para cada uma delas, quando da fixação da pena-base.”

Nesse mesmo sentido: TPA 5, Rel. Min. Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, DJe. 21/3/2019; AP 971, Rel. Min. EDSON FACHIN, Primeira Turma, DJe. 11/10/2016; AP 644 ED-ED, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe. 21/2/2019; HC 99.270, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, DJe. 9/10/2015; RHC 128.355, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, DJe. 24/10/2017; RHC 152.050 AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, DJe. 28/5/2018; HC 107.409, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe. 10/5/2012; HC 132.475 AgR, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe. 23/8/2016.

AP 2330 / DF

Vejam-se, ainda, as seguintes decisões monocráticas: HC 166.548 MC, Rel. Min. EDSON FACHIN, DJe. 19/12/2018; HC 206.750, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe. 1º/10/2021; RHC 152.036, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe. 8/2/2018; ARE 1.224.175, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe. 2/9/2019; HC 208.353, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe. 17/11/2021; RHC 212.338, Rel. Min. ROSA WEBER, DJe. 9/3/2022.

Assim, para a fixação da PENA-BASE, revela-se **acentuada a CULPABILIDADE DO RÉU**, pois nesta fase como juízo de reprovabilidade ou censurabilidade da conduta, percebe-se que houve enorme extrapolação daquela que é própria da prática da infração penal. O acusado, não satisfeito em participar de tão graves crimes, gravou vídeos arregimentando pessoas a participar da barbárie, no infeliz intuito de aumentar o número de golpistas.

Como já consignado, o réu se associou a grupo criminoso, cujos propósitos denotam a recalcitrância à observância de regras mínimas de estabelecimento e manutenção da própria ordem político-social do país, na busca por uma ruptura institucional com um golpe de Estado, Intervenção Militar e fim do Estado Democrático de Direito, tendo para tanto chegado em Brasília ao menos em 7/1/2023, e acampado no QGEx. **(CONDUTA SOCIAL)**.

É extremamente grave a conduta de participar da operacionalização de concerto criminoso voltado a aniquilar os pilares essenciais do Estado Democrático de Direito, mediante violência e danos gravíssimos ao patrimônio público, como já registrado e reiterado ao longo deste voto **(MOTIVOS PARA A PRÁTICA DELITUOSA)**.

Conforme destaquei em minha posse na Presidência do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL:

A Democracia não é um caminho fácil, exato ou previsível, mas é o único caminho.

A Democracia é uma construção coletiva daqueles que

AP 2330 / DF

acreditam na liberdade, daqueles que acreditam na paz, que acreditam no desenvolvimento, na dignidade da pessoa humana, no pleno emprego, no fim da fome, na redução das desigualdades, na prevalência da educação e na garantia da saúde de todos os brasileiros e brasileiras.

A Democracia é uma construção coletiva de todos que acreditam na soberania popular, e mais do que isso, de todos que confiam na sabedoria do povo, que acreditam que nós, autoridades do Judiciário, Executivo e Legislativo, somos passageiros, mas que as Instituições devem ser fortalecidas, pois são permanentes e imprescindíveis para um Brasil melhor, para um Brasil de sucesso e progresso, para um Brasil com mais harmonia, com mais Justiça Social, com mais igualdade e solidariedade, com mais amor e esperança!!!

Os atos criminosos, golpistas e atentatórios das instituições republicanas em 8/1/2023 desbordaram para depredação e vandalismo que ocasionaram prejuízos de ordem financeira que alcança cifras nas dezenas de milhões, para além das perdas de viés social, político, histórico – alguns inclusive irreparáveis –, a serem suportados por toda a sociedade brasileira. E, mesmo diante de tão caótico cenário, o réu por mais de uma vez comemora o suposto êxito de sua empreitada, conforme narrado no decorrer do voto (**CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME**).

A resposta estatal não pode falhar quanto à observância da necessária proporcionalidade na fixação das reprimendas. Por consectário, já aqui na primeira fase da dosimetria devem ser sopesadas todas as particularidades do panorama posto, a fim de que os quantitativos de reprimenda guardem razoabilidade, proporcionalidade, suficiência e adequação para com a hipótese.

A dimensão do episódio suscitou manifestações oficiais de líderes políticos de inúmeros países, de líderes religiosos, de organizações internacionais, todos certamente atentos aos impactos que as condutas criminosas dessa natureza podem ensejar em âmbito global e ao fato de

AP 2330 / DF

que, infelizmente, não estão circunscritas à realidade brasileira, à vista, por exemplo, dos lamentáveis acontecimentos ocorridos em janeiro de 2021, que culminaram na invasão do Capitólio dos Estados Unidos.

Como já assinalado, a motivação para a condutas criminosas visava o completo rompimento da ordem constitucional, mediante a prática de atos violentos, em absoluto desrespeito ao Estado Democrático de Direito, às Instituições e ao patrimônio público.

As **CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS**, portanto, são amplamente prejudiciais ao réu.

Tendo por parâmetro as circunstâncias judiciais acima balizadas, considerando que 4 (delas) delas são desfavoráveis ao réu (CULPABILIDADE, CONDUTA SOCIAL, CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME E MOTIVOS PARA A PRÁTICA DELITUOSA), justifica-se o estabelecimento da pena acima do mínimo legal, como, aliás, posiciona-se esta CORTE SUPREMA (AP 694 ED, Primeira Turma, Rel. Min. ROSA WEBER, DJe de 27/11/2017; AP 470 EDJ-sextos, PLENÁRIO, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, DJe de 10/10/2013; AP 892, Primeira Turma, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe de 20/5/2019; RHC 193.143, Primeira Turma, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 18/3/2021; HC 113.375, Segunda Turma, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe de 1º/8/2012; HC 203.309 AgR, Primeira Turma, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJe de 4/10/2021; RHC 84.897, Primeira Turma, Rel. Min. EROS GRAU, DJe de 17/12/2004; HC 118.876, Segunda Turma, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe de 11/2/2014; HC 107.501, Primeira Turma, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 19/5/2011; HC 8.284, Segunda Turma, Min. CEZAR PELUSO, DJ. De 24/4/2007; HC 76.196, Segunda Turma, Rel. Min. MAURÍCIO CORREA, DJ de 29/9/1998. Destaca-se, desse último julgamento, o seguinte trecho: *“quando todos os critérios são favoráveis ao réu, a pena deve ser aplicada no mínimo cominado; entretanto, basta que um deles não seja favorável para que a pena não mais possa ficar no patamar mínimo”*.

Estabelecida as premissas de aplicação das circunstâncias judiciais do

AP 2330 / DF

art. 59 do Código Penal, passo à análise das demais etapas da fixação de pena para cada infração penal.

10.1) Art. 359-L do Código Penal (Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito)

A pena prevista para o artigo 359-L do Código Penal é:

Art. 359-L. Tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência.

Com base nas circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, anteriormente analisadas, **AMPLAMENTE DESFAVORÁVEIS AO RÉU**, fixo a pena-base em 5 (cinco) e 6 (seis) meses anos de reclusão.

Pena definitiva. Ante a inexistência de circunstâncias agravantes, atenuantes ou causas de aumento ou de diminuição, **torno a pena definitiva em 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão.**

10.2) Art. 359-M do Código Penal (Golpe de Estado)

A pena prevista para o artigo 359-M do Código Penal é:

Art. 359-M. Tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, além da pena correspondente à violência.

Com base nas circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, anteriormente analisadas, **AMPLAMENTE DESFAVORÁVEIS AO RÉU**, fixo a pena-base em 6 (seis) anos e 6 (seis) meses de reclusão.

Pena definitiva. Ante a inexistência de circunstâncias agravantes, atenuantes ou causas de aumento ou de diminuição, **torno a pena**

AP 2330 / DF

definitiva em 6 (seis) anos e 6 (seis) meses de reclusão.

10.3) Art. 163, parágrafo único, I, II, III e IV, do Código Penal (Dano Qualificado)

A pena prevista para o artigo 163, parágrafo único, incisos I, II, III e IV do Código Penal é:

Art. 163 - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Dano qualificado

Parágrafo único - Se o crime é cometido:

I - com violência à pessoa ou grave ameaça;

II - com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave

III - contra o patrimônio da União, de Estado, do Distrito Federal, de Município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos;

IV - por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima:

Pena - detenção, de seis meses a três anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Com base nas circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, anteriormente analisadas, **AMPLAMENTE DESFAVORÁVEIS AO RÉU**, fixo a pena-base 1 (um) ano e 6 (seis) meses de detenção e 50 (cinquenta) dias-multa, fixando cada dia multa em 1/3 do salário-mínimo.

Pena definitiva. Ante a inexistência de circunstâncias agravantes, atenuantes ou causas de aumento ou de diminuição, **torno a pena definitiva em 1 (um) ano e 6 (seis) meses de detenção e 50 (cinquenta)**

AP 2330 / DF

dias-multa, fixando cada dia multa em 1/3 do salário mínimo.

10.4) Art. 62, I, da Lei 9.605/1998 (Deterioração do Patrimônio Tombado);

A pena prevista para o artigo 62, inciso I da Lei 9.605/1998 é:

Art. 62. Destruir, inutilizar ou deteriorar:

I - bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial;

II - arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Com base nas circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, anteriormente analisadas, **AMPLAMENTE DESFAVORÁVEIS AO RÉU**, fixo a pena-base em 1 (um) ano e 6 (seis) meses de reclusão e 50 (cinquenta) dias-multa, fixando cada dia multa em 1/3 do salário mínimo.

Pena definitiva. Ante a inexistência de circunstâncias agravantes, atenuantes ou causas de aumento ou de diminuição, **torno a pena definitiva em 1 (um) ano e 6 (seis) meses de reclusão e 50 (cinquenta) dias-multa, fixando cada dia multa em 1/3 do salário-mínimo.**

10.5) Art. 288, parágrafo único, do Código Penal (Associação Criminosa Armada) .

A pena prevista para o artigo 288, parágrafo único, do Código Penal é:

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

AP 2330 / DF

Parágrafo único. A pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente.

Com base nas circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, anteriormente analisadas, **AMPLAMENTE DESFAVORÁVEIS AO RÉU**, fixo a pena-base em 1 (um) ano e 6 (seis) meses de reclusão.

Nos termos do parágrafo único, majoro a penal em 1/3 e **torno a pena definitiva em 2 (dois) anos de reclusão.**

11. TOTAL DAS PENAS E REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO.

Consideradas as penas para cada crime acima fixadas, e a existência de concurso material (CP, art. 69), FIXO A PENA FINAL DO RÉU MARCELO FERNANDES LIMA em 17 (dezesete) anos, sendo 15 (quinze) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 1 (um) ano e 6 (seis) meses de detenção e 100 (cem) dias-multa, cada dia multa no valor de 1/3 (um terço) do salário mínimo.

Fixo o regime **fechado** para o início do cumprimento da pena de 15 (quinze) anos e 6 (seis) meses de reclusão, nos termos do art. 33, §§ 2º, 'a' e 3º, do Código Penal.

Efetivamente, a pena do réu é superior a (oito) anos, de modo que deve começar a ser cumprida em regime fechado. Ainda que assim não fosse, nos termos dos §2º e §3º do art. 33 do Código Penal, a determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 do mesmo diploma legal.

No caso da pena de 1 (um) ano e 6 (seis) meses de detenção, fixo o regime inicial de cumprimento da pena em regime aberto, nos termos do artigo 33, §2º, "c" do Código Penal.

Considerando que a pena de multa deve guardar estrita proporcionalidade com a pena privativa de liberdade aplicada, já que sobre aquela incidem as mesmas circunstâncias desta, dentro do intervalo previsto no art. 49 do Código Penal, fixo a pena de multa em 100 (cem)

AP 2330 / DF

dias-multa.

Tendo em vista a condição econômica do réu, arbitro o dia-multa no valor de 1/3 do salário-mínimo, considerado o patamar vigente à época do fato, que dever atualizado até da data do efetivo pagamento (art. 49, §§1º e 2º).

12. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO MÍNIMA (ART. 387, IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL). RESSARCIMENTO DOS DE DANOS MATERIAIS E DANOS MORAIS COLETIVOS.

A Procuradoria-Geral da República apresentou pedido de condenação do réu ao pagamento de indenização mínima, conforme artigo 387, IV, do Código de Processo Penal, em valor correspondente ao dobro dos danos materiais que forem apontados pela perícia e pelos órgãos de proteção do patrimônio, objetivando ressarcir, também, os danos morais coletivos e os danos ao acervo histórico e imaterial.

Quanto ponto, dispõe o art. 91, inciso I, do Código Penal: “São efeitos da condenação: I - tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime”.

Já o art. 387, IV, do Código de Processo Penal estabelece que: “O juiz, ao proferir sentença condenatória: (...) IV - fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido”.

Nesse sentido, rememoro passagem anterior deste voto em que registrada estimativa de que o prejuízo material resultante dos atos criminosos de 8/1/2023, até o momento, ultrapassa o montante de R\$ 25 milhões de reais, sendo que há danos inestimáveis ao patrimônio histórico e cultural, tendo em vista que obras e bens foram declarados irrecuperáveis. Ademais, somente no Senado Federal, o dano foi de R\$ 3.500.000,00 (t Nota Técnica nº 1/2023-ATDGER), já na Câmara do Deputados, o prejuízo inicial estimado foi de R\$ 1.102.058,18 (Of. nº

AP 2330 / DF

03/2023/DG, de 12 de janeiro de 2023), mas atualmente já ultrapassa os R\$ 3.000.000,00. No Palácio do Planalto, os danos ultrapassam o valor de R\$ 9.000.000,00, apenas com obras de arte e no Supremo Tribunal Federal, os danos foram calculados em R\$ 11.413.654,84 (Ofício nº 023/GDG/2023).

A necessidade de indenização pelos danos advindos da prática dos crimes é indiscutível nos autos.

Conforme vasta fundamentação previamente exposta, o réu dolosamente aderiu a propósitos criminosos direcionados a uma tentativa de ruptura institucional, que acarretaria a abolição do Estado Democrático de Direito e a deposição do governo legitimamente eleito, cuja materialização se operou no dia 8/1/2023, mediante violência, vandalismo e significativa depredação ao patrimônio público. Cabe destacar, ainda, que a horda criminosa golpista atuava desde a proclamação do resultado das Eleições Gerais de 2022, em intento organizado que procedeu em escalada de violência até culminar no lamentável episódio do início de janeiro deste ano.

Desta forma, restaram configuradas nos autos a materialidade e autoria delitiva, em vista do que emerge como consectário lógico a obrigação de indenização pelos danos decorrentes do delito, conforme art. 91, I, do Código Penal, e art. art. 387, IV, do Código de Processo Penal.

Imprescindível ainda assentar que a sentença ou acórdão penal condenatório, ao fixar o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração (art. 387, IV, do CPP), poderá condenar o réu ao pagamento de danos morais coletivos.

Esta SUPREMA CORTE já se manifestou no sentido de que a condenação criminal pode fixar o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração (art. 387, IV, do CPP), podendo incluir nesse montante o valor do dano moral coletivo (STF. 2ª Turma. AP 1002/DF, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 9/6/2020 e AP 1025, Rel. Min. Edson Fachin, julgada pelo Plenário em 1º/6/2023, pendente de publicação de acórdão).

AP 2330 / DF

No recente julgado do Plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL na mencionada AP 1025, Rel. Min. Edson Fachin, versando caso com reconhecimento de malferimento do patrimônio público a partir das condutas praticadas pelos acusados, cuja inteligência, guardadas as devidas especificidades, pode facilmente ser agora renovada, decidiu-se, a partir da leitura dos art. 5º, X, da Constituição Federal; art. 186 do Código Civil; o art. 6º, VI e VII, do Código de Defesa do Consumidor; do art. 1º, VIII, da Lei n. 7.347/1985, pela demonstração do necessário nexo causal entre a conduta praticada pelos acusados e o dano moral coletivo ocasionado à sociedade brasileira:

“Diante da ofensa a direitos difusos, ou seja, pertencentes a titulares indeterminados, os danos morais coletivos, no caso em análise, têm função eminentemente punitiva, razão pela qual a sua quantificação deve ser guiada primordialmente pelo seu caráter pedagógico, que acolhe tanto a prevenção individual como a geral.”

Por tal razão, fixo como valor mínimo indenizatório a título de danos morais coletivos a quantia de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), a ser adimplido de forma solidária pelos condenados em favor do fundo a que alude o art. 13 da Lei 7.357/1985. A referida soma deverá ser corrigida monetariamente a contar do dia da proclamação do resultado do julgamento colegiado, incidindo juros de mora legais a partir do trânsito em julgado deste acórdão.”

13. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, REJEITO AS PRELIMINARES, e JULGO PROCEDENTE A AÇÃO PENAL para CONDENAR O RÉU MARCELO FERNANDES LIMA A PENA DE 17 (dezessete) anos, sendo 15 (quinze) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 1 (um) ano e 6 (seis) meses de

AP 2330 / DF

detenção e 100 (cem) dias-multa, cada dia multa no valor de 1/3 (um terço) do salário mínimo, pois incurso nos artigos:

- 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito), do Código Penal, à **pena de 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão.**

- 359-M (Golpe de Estado) do Código Penal à **pena de 6 (seis) anos e 6 (seis) meses de reclusão.**

- 163, parágrafo único, I, II, III e IV (dano qualificado) todos do Código Penal à **pena de 1 (um) ano e 6 (seis) meses de detenção e 50 (cinquenta) dias-multa, fixando cada dia multa em 1/3 do salário mínimo.**

- 62, I (deterioração do Patrimônio tombado) da Lei 9.605/1998, à **pena de 1 (um) ano e 6 (seis) meses de reclusão e 50 (cinquenta) dias-multa, fixando cada dia multa em 1/3 do salário mínimo.**

- 288, parágrafo único, (associação criminosa armada) do Código Penal à **pena de 2 (dois) anos de reclusão.**

CONDENO O RÉU MARCELO FERNANDES LIMA no pagamento do valor mínimo indenizatório a título de danos morais coletivos de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), a ser adimplido de forma solidária pelos demais condenados, em favor do fundo a que alude o art. 13 da Lei 7.347/1985.

Fica fixado **o regime fechado para o início do cumprimento da pena.**

Após o trânsito em julgado:

- (a) lance-se o nome do réu no rol dos culpados;
- (b) expeça-se guia de execução definitiva.

AP 2330 / DF

Custas pelo condenado (art. 804 do Código de Processo Penal).

É O VOTO.